

SÍNTESE EXECUTIVA

ESTUDOS DE MERCADO DE TRABALHO COMO SUBSÍDIO PARA A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA

INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA

Maio 2000

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PERFIL DO ESTADO	6
INDÚSTRIA	19
SERVIÇOS	45
AGROPECUÁRIA	69
EQUIPE TÉCNICA	87

APRESENTAÇÃO

Esta síntese executiva selecionou uma série de resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer no Estado da Bahia, realizada entre os meses de outubro e novembro de 1999, que coletou informações referentes a dezembro de 1998. A pesquisa, que tem representatividade para o conjunto dos municípios do Estado, utiliza-se de amostra selecionada entre as empresas constantes do Cadastro de Estabelecimentos e Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego¹.

A amostra sorteada abarcou 1.338 estabelecimentos, responsáveis por 185.105 postos de trabalho. Desse total, 1.003 estabelecimentos, responsáveis por 130.707 empregados, responderam os questionários.

Analisa-se a estrutura da indústria, segundo divisões de atividade, porte e ano de instalação das unidades, estratégias de gestão adotadas e suas perspectivas de investimentos. Caracterizam-se também a estrutura tecnológica das empresas; as exigências de qualificação da mão-de-obra; e o pessoal ocupado ligado à produção ou em áreas administrativas, por categoria de qualificação ocupacional. Para cada uma dessas categorias, apresentam-se os principais requisitos para contratação de pessoal, rotinas de trabalho e carências que prejudicam o desempenho dos trabalhadores. Aponta-se ainda a ocorrência de programas de treinamento e de educação oferecidos pelas empresas para os empregados e analisam-se as formas de relacionamento existentes entre as unidades locais e as escolas profissionalizantes.

Para o setor serviços, emprega-se a mesma estrutura de análise da indústria, enquanto para agropecuária foram utilizados os resultados da pesquisa qualitativa com agentes regionais e estaduais e da pesquisa Sensor Rural, realizadas pela Fundação Seade, além de informações selecionadas sobre o setor e sobre as atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural na Bahia.

O Estado da Bahia é dividido em sete mesorregiões, segundo o IBGE: Extremo Oeste Baiano; Vale São-Franciscano da Bahia; Centro Norte Baiano;

¹ Compreende os endereços de estabelecimentos que mantiveram contato com os programas sociais do Ministério do Trabalho (Rais, Caged, CGC e ou Seguro-Desemprego, prevalecendo a informação mais atualizada da unidade local) de 25/09/1997.

Nordeste Baiano; Metropolitana de Salvador; Centro Sul Baiano; e Sul Baiano. Entretanto, dada a concentração espacial da população e das atividades econômicas, estabeleceu-se uma regionalização Paer que permite visualizar melhor a economia estadual através de uma divisão mais abrangente do Estado: Região Metropolitana de Salvador; Região da Orla Sul; e Demais Municípios.

O universo do campo constitui-se de todos os estabelecimentos da indústria e de segmentos do setor serviços do Estado com 20 ou mais empregados. A metodologia adotada garantiu que a totalidade dos estabelecimentos com mais de 100 empregados fosse pesquisada (Censo). Os da faixa entre 20 e 99 empregados compõem uma amostra probabilística, estatisticamente determinada, de forma a garantir a representatividade dos segmentos de serviços e das divisões mais significativas da indústria em cada região Paer do Estado.

Assim, sempre que o número de casos existentes em uma região Paer do Estado dispensar o sigilo da informação, a pesquisa possibilitará a divulgação desagregada².

² O sigilo é recomendado sempre que o número de casos existentes em uma divisão da indústria ou em um segmento do setor de serviços for inferior a três. Essa determinação é seguida para impedir a identificação das unidades respondentes e garantir o sigilo da informação. Nesses casos, há a junção de duas ou mais divisões, de sorte a aumentar o número de observações.

PERFIL DO ESTADO

O Estado da Bahia possui a quarta maior população entre os estados brasileiros, correspondendo a cerca de 8% da população do país - mais de 12 milhões de habitantes distribuídos em seus 415 municípios, segundo dados da Contagem Populacional do IBGE para 1996: apenas o município de Salvador abriga cerca de 18% da população estadual, e a Região Metropolitana de Salvador, 22%.

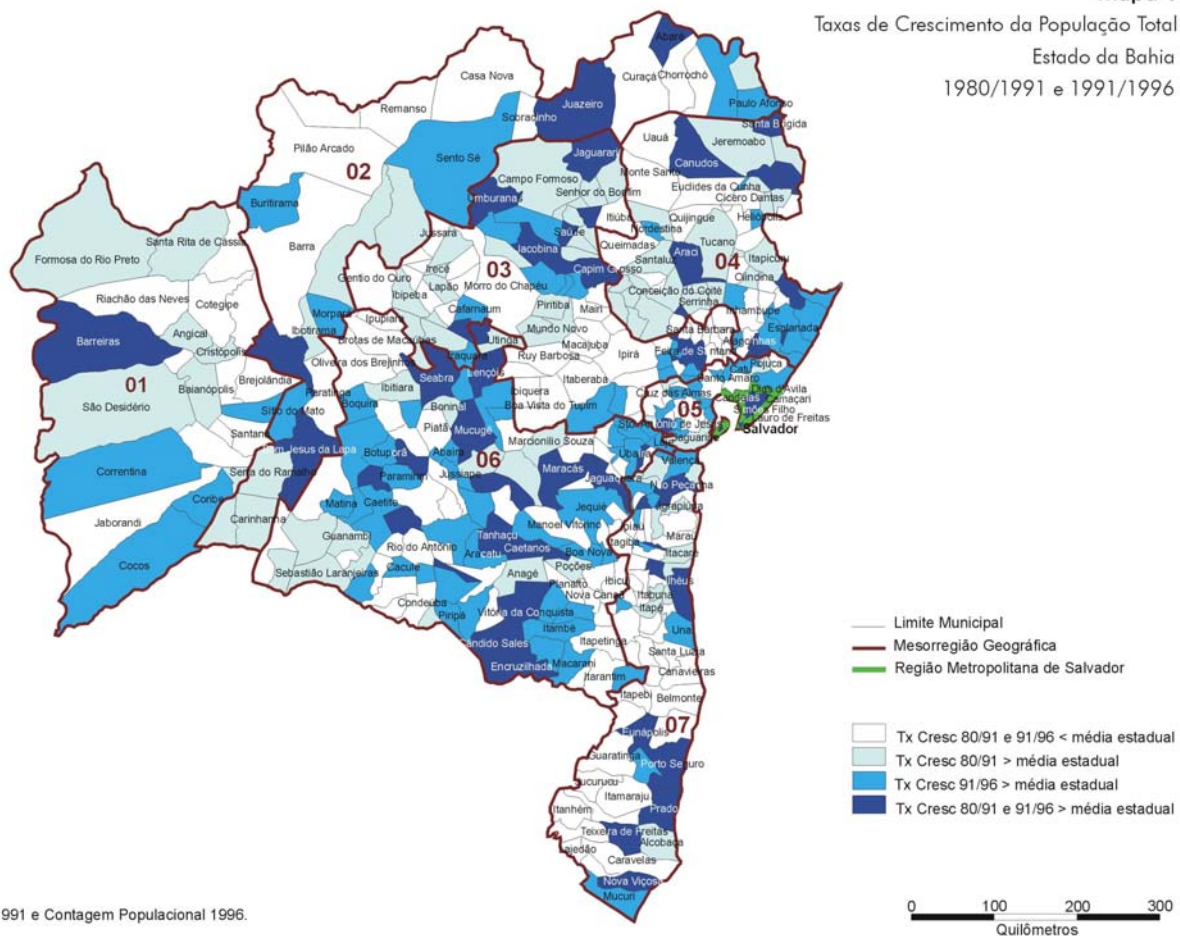
Nos anos 80, a população do Estado cresceu a uma taxa de 2,1% a.a., superior à do país (1,9% a.a.), com destaque para as mesorregiões Metropolitana de Salvador (2,7% a.a.) e Extremo Oeste Baiano (2,4% a.a.). No período entre 1991 e 1996, a taxa de crescimento estadual foi de 1,1% a.a., inferior à nacional (1,4% a.a.), sendo que três mesorregiões cresceram mais que o país: Metropolitana de Salvador (1,5% a.a.), Vale São Franciscano da Bahia (1,5% a.a.) e Centro Sul Baiano (1,7% a.a.) (Mapa 1).

A Bahia é um dos estados brasileiros com menor grau de urbanização. Em 1980, menos de 50% da população habitava áreas urbanas, passando a 59% em 1991 e atingindo apenas 62% em 1996. O Nordeste, o Extremo Oeste e o Centro-Sul da Bahia ainda apresentam a maior parte de sua população habitando áreas rurais, em 1996, enquanto na Mesorregião Metropolitana de Salvador mais de 90% da população vivia em área urbana.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 1

Taxas de Crescimento da População Total
Estado da Bahia
1980/1991 e 1991/1996



Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Tabela 1
População Total, Taxas de Crescimento e Grau de Urbanização,
segundo Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
Estado da Bahia
1980-96

Estado, Mesorregiões e Principais Municípios	População			Taxa de Crescimento (%)		Grau de Urbanização (%)
	1980	1991	1996	1980/91	1991/96	1996
Estado da Bahia	9.454.346	11.867.991	12.541.675	2,09	1,13	62,41
Mesorregião 1						
Extremo Oeste Baiano	345.860	450.221	473.057	2,43	1,01	46,47
Barreiras	41.462	92.640	113.695	7,58	4,25	76,92
Santa Maria da Vitória	33.895	41.528	42.095	1,86	0,28	52,39
Mesorregião 2						
Vale São-Franciscano da Bahia	631.381	769.963	829.486	1,82	1,53	55,71
Juazeiro	94.399	128.767	172.065	2,86	6,07	77,36
Paulo Afonso	71.131	86.619	93.609	1,81	1,59	85,75
Bom Jesus da Lapa	33.987	48.910	52.514	3,36	1,46	66,66
Casa Nova	39.318	46.838	48.883	1,60	0,87	46,14
Xique-Xique	31.843	40.373	40.786	2,18	0,21	68,87
Mesorregião 3						
Centro-Norte Baiano	1.611.675	2.018.116	2.092.343	2,07	0,74	53,61
Feira de Santana	291.504	406.447	450.487	3,07	2,11	87,45
Jacobina	59.415	76.518	85.556	2,33	2,30	66,70
Senhor do Bonfim	55.311	83.421	84.752	3,81	0,32	64,75
Ipirá	57.862	62.672	62.712	0,73	0,01	31,97
Campo Formoso	48.918	62.104	59.331	2,19	-0,92	31,12
Itaberaba	45.243	53.742	56.381	1,58	0,98	74,42
Irecê	30.098	50.908	52.267	4,89	0,54	85,42
Mesorregião 4						
Nordeste Baiano	1.089.912	1.372.965	1.382.233	2,12	0,14	41,33
Alagoinhas	96.538	116.894	122.838	1,75	1,01	84,32
Serrinha	57.477	76.013	78.810	2,57	0,74	54,61
Monte Santo	42.182	51.280	52.551	1,79	0,50	12,91
Conceição do Coité	41.427	52.338	51.960	2,15	-0,15	43,22
Araci	32.225	45.341	51.307	3,15	2,55	34,01
Euclides da Cunha	41.700	51.812	50.213	1,99	-0,64	40,33
Mesorregião 5						
Metropolitana de Salvador	2.338.801	3.134.886	3.374.566	2,70	1,51	90,09
Salvador	1.493.685	2.075.273	2.211.539	3,03	1,30	99,91
Camaçari	69.451	113.639	134.901	4,58	3,55	95,58
Lauro de Freitas	35.309	69.270	97.219	6,32	7,14	59,86
Simões Filho	43.578	72.526	78.229	4,74	1,55	64,26
Santo Antônio de Jesus	46.667	64.331	71.932	2,96	2,30	83,94
Candeias	54.081	67.941	69.503	2,10	0,46	90,93
Santo Amaro	50.494	54.160	56.339	0,64	0,81	75,34
Dias d'Ávila	19.727	31.260	37.916	4,27	4,00	86,98
Vera Cruz	13.743	22.136	27.628	4,43	4,61	93,41
São Francisco do Conde	17.835	20.238	24.213	1,16	3,71	80,21
Itaparica	10.877	15.055	17.975	3,00	3,67	100,00
Madre de Deus	8.296	9.183	9.961	0,93	1,67	96,11

(continua)

Tabela 1
 População Total, Taxas de Crescimento e Grau de Urbanização, segundo
 Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
 Estado da Bahia
 1980-96

Estado, Mesorregiões e Principais Municípios	População			Taxa de Crescimento (%)		Grau de Urbanização (%)
	1980	1991	1996	1980/91	1991/96	1996
Mesorregião 6						
Centro-Sul Baiano	1.904.944	2.264.255	2.459.178	1,58	1,69	48,24
Vitória da Conquista	170.624	225.091	242.155	2,55	1,50	84,37
Jequié	116.868	144.772	165.345	1,97	2,74	81,59
Guanambi	45.520	65.592	68.603	3,38	0,92	72,57
Brumado	46.757	57.176	62.271	1,85	1,75	63,69
Itapetinga	47.417	53.476	54.279	1,10	0,30	93,58
Mesorregião 7						
Sul Baiano	1.531.773	1.857.585	1.930.812	1,77	0,79	63,48
Ilhéus	131.454	223.750	242.445	4,95	1,65	71,20
Itabuna	144.201	185.277	183.403	2,30	-0,21	97,02
Teixeira de Freitas	51.815	85.547	96.512	4,66	2,48	84,08
Eunápolis	48.309	70.545	85.982	3,50	4,11	88,12
Valença	53.491	66.931	74.661	2,06	2,25	67,08
Porto Seguro	16.252	34.661	64.957	7,13	13,63	80,42
Itamaraju	63.718	64.308	62.406	0,08	-0,61	76,53

(conclusão)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 2

Regionalização Paer

Estado da Bahia

2000



Fonte: IBGE; FSeade - 2000.

O território baiano compreende uma extensa faixa litorânea, onde se situa grande parte das principais cidades da Bahia, com destaque para a Região Metropolitana de Salvador, marcada pela concentração espacial da população e das atividades econômicas, e o Interior, semi-árido, com algumas ilhas de prosperidade (Mapa 2).

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia era, em 1998, de aproximadamente R\$ 32 bilhões, o sexto Estado em participação no PIB brasileiro (4%). O setor serviços responde por 57% da renda do Estado, seguido da indústria (34%) e da agricultura (13%).

A participação do setor serviços cresceu nos últimos quinze anos, de forma mais acentuada no final da década de 80 e início dos anos 90. Em 1985, a participação deste setor era de 46%, alcançando 73% em 1993 e, a partir de 1994, com o início do Plano Real, começou a declinar: 62% em 1994 e 57% em 1995, nível em que se estabilizou nos anos seguintes.

Na indústria, observa-se um crescimento da participação do segmento da construção civil de 13%, em 1985, para 20%, em 1998. A participação da indústria geral no mesmo período caiu de 32% para 10%. Na indústria de transformação, destacam-se os gêneros da química, metalurgia, produtos alimentares, bebidas, e papel e papelão. A química, responsável por quase metade da produção da indústria de transformação, reduziu sua participação na produção industrial de 53% para 48% entre 1985 e 1997. Outro segmento que diminuiu sua participação nesse período foi o de produtos alimentares, de (13% para 9%), em decorrência principalmente da crise cacaueteira. Já as indústrias metalúrgica, de bebidas e de papel e papelão apresentaram crescimento entre 1985 e 1997.

A agricultura teve sua participação reduzida de 16% para 13% do PIB baiano, entre 1985 e 1998. A queda mais acentuada ocorreu no ano de 1993, quando chegou a 11% (ano que foi particularmente ruim para a agricultura em todo o país por problemas de financiamento associados a uma forte seca).

Com uma economia concentrada, até não muito tempo, em pequeno número de produtos e poucos municípios, a Bahia tem procurado mudar esse quadro, diversificando as atividades econômicas. O governo tem se empenhado em

atrair indústrias oferecendo incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura. Dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio mostram que dos investimentos totais previstos para o país, entre o período de 1997 e 2000, 11% estão destinados à Bahia, metade do total previsto para a Região Nordeste. Isto coloca o Estado da Bahia na terceira posição como receptor de investimentos no país, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo com os investimentos previstos, a estrutura produtiva atual deve se alterar pouco, pois os dois segmentos que deverão receber maiores investimentos são justamente aqueles que já se destacam no setor produtivo do Estado: as indústrias química e de celulose, papel e produtos de papel que devem receber mais de 60% dos investimentos no Estado.

Uma análise da estrutura da distribuição da população ocupada segundo ramos de atividade nas áreas urbanas do Estado da Bahia é possível por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, que indicam um crescimento da população ocupada no Estado.

A Bahia apresenta características peculiares na sua estrutura de emprego: existe excesso na oferta de mão-de-obra, a maioria de baixa qualificação, a demanda é reduzida e com baixos requisitos de qualificação profissional (baixo nível escolar), e tem havido um aumento da população em idade ativa³.

Outro ponto importante é a relevância do setor agropecuário no quadro de empregos do Estado. Isso ocorre porque grande parte da população do interior está alocada no setor agrícola e, quando ocorre qualquer alteração nesta área, esta população se desloca para os grandes centros, em especial a Região Metropolitana de Salvador, em busca de postos de trabalho.

³ Borges, A. *Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século*. Bahia 2000. Salvador, SEI, 1999.

Tabela 2
 População Ocupada (1) em Atividades Não-Agrícolas,
 Residente em Áreas Urbanas, segundo Ramo de Atividade
 Estado da Bahia
 1992-98

Ramos de Atividade	Em 1.000 pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Total Urbano	2.339	2.376	2.624	2.573	2.688	2.781	2,9 ***
Indústria de Transformação	235	233	237	231	259	268	2,1**
Indústria da Construção	211	204	237	218	266	272	4,6***
Outras Atividades Industriais	73	62	67	60	40	37	-10,0***
Comércio de Mercadorias	515	501	525	544	536	570	1,7***
Prestação de Serviços	647	657	761	743	748	761	3,0***
Serviços Auxiliares	78	90	98	95	125	127	7,9***
Transporte ou Comunicação	116	123	125	141	150	154	5,0***
Serviços Sociais	265	285	323	311	320	363	4,5***
Administração Pública	136	161	189	174	176	169	3,3*
Outras Atividades	62	59	61	57	67	60	0,3
Metropolitano	927	947	1.073	1.008	1.048	1.075	2,4 ***
Indústria de Transformação	98	85	99	97	99	95	0,8
Indústria da Construção	88	74	90	78	90	87	1,0
Outras Atividades Industriais	25	20	20	16	16	16	-7,1***
Comércio de Mercadorias	163	178	199	175	180	182	1,2
Prestação de Serviços	252	267	320	291	301	312	3,4***
Serviços Auxiliares	45	53	60	63	79	80	10,0***
Transporte ou Comunicação	50	50	53	60	60	59	3,6***
Serviços Sociais	109	119	131	127	132	146	4,2***
Administração Pública	61	65	67	73	62	69	1,5
Outras Atividades	36	36	33	29	29	28	-4,4***
Não-Metropolitano	1.411	1.428	1.551	1.565	1.639	1.706	3,2 ***
Indústria de Transformação	137	148	138	134	160	174	2,9*
Indústria da Construção	123	130	147	140	176	184	6,8***
Outras Atividades Industriais	48	42	46	44	24	21	-11,9**
Comércio de Mercadorias	352	323	326	370	357	388	2,0*
Prestação de Serviços	395	390	441	452	447	449	2,7***
Serviços Auxiliares	34	37	39	32	46	47	4,8*
Transporte ou Comunicação	65	73	71	81	89	95	6,0***
Serviços Sociais	156	166	193	183	188	217	4,7***
Administração Pública	75	96	122	101	114	100	4,6*
Outras Atividades	26	23	27	28	37	31	5,9**

Fonte: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia - IE. Projeto Urbano, Tabulações Especiais, 1999.

(1) PEA Restrita.

(***, **, *) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A análise da situação educacional do Estado da Bahia permite vislumbrar o relativo avanço no acesso e na permanência no ensino fundamental, praticamente universalizado, a ocorrência de gravíssimos problemas na oferta de pré-escola/classe de alfabetização e de acesso e permanência de jovens no ensino médio. Os desafios do ensino público, na Bahia, apontam para a necessidade de implementação dos investimentos nas etapas inicial e final da educação básica – pré-escolar e ensino médio – e de manter os alunos no ensino fundamental, propiciando o acesso à pré-escola, garantindo a sustentabilidade do acesso e permanência da criança no ensino fundamental e promovendo a ampliação do ensino médio nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender a demanda advinda dos concluintes do ensino fundamental quanto para trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e/ou permanência no sistema de ensino.

Na Bahia, em 1991, as taxas de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (32%) e de 15 a 24 anos (24%) situavam-se no mesmo patamar que as da Região Nordeste, duas vezes acima das observadas para o Brasil. Ressalte-se que o analfabetismo no segmento de 15 anos e mais (35%) situava-se 15% pontos percentuais acima do nacional.

Em 1995, as taxas de analfabetismo da população de 15 a 24 anos e de 15 anos e mais (15% e 28%, respectivamente) também se equiparavam às da Região Nordeste. Apesar da queda verificada em relação a 1991, o analfabetismo é muito alto, representando, no primeiro segmento, mais que o dobro das taxas observadas para o Brasil.

A taxa líquida de escolarização – relação entre número de alunos na faixa etária adequada, matriculados em determinado nível de ensino, e a população nesta mesma faixa etária – , na Bahia, em 1991, era de 30% na pré-escola, de 63% no ensino fundamental e de 8% no ensino médio, respectivamente – taxas inferiores às nacionais e às apresentadas pela Região Nordeste.

Em 1998, no Estado e na Região Nordeste, observa-se significativo aumento nas taxas de escolarização do ensino fundamental, acompanhando a tendência nacional e atingindo cerca de 90%. No ensino médio, no entanto, as taxas de 12% e 14% continuaram muito aquém dos 31% apresentados pelo Brasil,

indicando que tanto o Estado quanto a Região Nordeste ainda enfrentam sérios problemas de acesso e permanência dos jovens nesse nível de ensino.

Tabela 3
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia
1991-1998

Regiões	Em porcentagem					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Brasil	34,7	...	86,1	95,3	17,7	30,8
Região Nordeste	37,6	...	72,5	90,0	9,4	14,5
Bahia	29,5	...	62,9	91,9	8,3	12,3

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos, em 1998.

Em 1998, no Estado da Bahia, a rede federal participava com menos de 1% das matrículas na pré-escola/classe de alfabetização e no ensino fundamental, e com apenas 1% do ensino médio, enquanto a rede estadual mantinha 4% dos alunos da pré-escola/classe de alfabetização, 36% do ensino fundamental e 71% do ensino médio. A rede particular participava com 30% das matrículas da pré-escola/classe de alfabetização, 6% do ensino fundamental e 12% do ensino médio e a rede municipal, com 66%, 58% e 15% respectivamente.

Comparando-se a variação do número de matrículas entre 1991 e 1998, verificam-se quedas acentuadas da pré-escola/classe de alfabetização (56% no Estado e 30% na Região Nordeste), enquanto a queda para o Brasil foi de 7%. Este fato deve-se à diminuição do ritmo de crescimento da faixa etária demandatória desse nível de ensino e pode ser explicado também pela mudança ocorrida no financiamento da educação, introduzida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Este fundo, ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental, transferiu para esse nível de ensino valores que, anteriormente, poderiam estar sendo destinados à pré-escola/classe de alfabetização, tornando mais clara a relação entre a queda de matrícula, no período 1996-98, e a implantação, em 1998, do Fundef. Nesse sentido, é provável que alunos com menos de 7 anos tenham sido matriculados no ensino fundamental, e não na pré-escola ou nas classes de alfabetização, como forma de compor a quota de alunos necessários para a realização do repasse de recursos do fundo.

O aumento de 59% do número de matrículas do ensino fundamental, no Estado, entre 1991 e 1998, e de 102% do número de concluintes, entre 1990 e 1997, apontam significativo avanço no combate ao elevado analfabetismo da população de 11 a 14 anos e na melhoria do acesso da população a este nível de ensino, refletidos, inclusive, na elevação da taxa de escolarização.

A análise ressalta também o impacto do Fundef no aumento do número de matrículas nesse nível de ensino na rede municipal, de 56% entre 1996-98, enquanto as redes particular e estadual apresentaram reduções de 17% e 2%, respectivamente.

No ensino médio, o número de matrículas cresceu 102% entre 1991 e 1998, percentual bem superior aos verificados na Região Nordeste e no Brasil. Já o número de concluintes, aumentou 85%, entre 1990 e 1997, valor que supera o da Região Nordeste, mas que está 17% abaixo do verificado para o Brasil.

No Brasil, em 1997, 88% dos professores da 1ª à 4ª série, 75% da 5ª à 8ª e 89% do ensino médio apresentavam a formação exigida para o exercício do magistério. Na Região Nordeste, os percentuais eram de 77%, 53% e 79%, respectivamente; e na Bahia, de 82%, 40%, e 64% – o que demonstra que os docentes da 5ª à 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio tinham um perfil de formação muito inferior ao exigido no país e mesmo da Região Nordeste.

Tabela 4
Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
Ensino Fundamental	Total	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
	Federal	29.203.724	100,0	33.131.270	100,0	35.792.554	100,0	22,6	8,0
	Estadual	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Municipal	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
Ensino Médio	Total	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
	Federal	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
	Estadual	3.770.230	100,0	5.739.077	100,0	6.968.531	100,0	84,8	21,4
	Municipal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
Região Nordeste	Total	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Federal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
	Estadual	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
	Municipal	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Nordeste									
Pré-Escola/Classe Alfabetização	Total	2.474.893	100,0	2.393.751	100,0	1.724.851	100,0	-30,3	-27,9
	Federal	5.510	0,2	3.995	0,2	425	0,0	-92,3	-89,4
	Estadual	438.368	17,7	371.072	15,5	131.369	7,6	-70,0	-64,6
	Municipal	1.475.062	59,6	1.433.722	59,9	1.071.848	62,1	-27,3	-25,2
Ensino Fundamental	Total	555.953	22,5	584.962	24,4	521.209	30,2	-6,2	-10,9
	Federal	8.650.474	100,0	10.475.469	100,0	12.210.131	100,0	41,1	16,6
	Estadual	9.107	0,1	6.483	0,1	5.331	0,0	-41,5	-17,8
	Municipal	3.456.872	40,0	4.146.532	39,6	4.176.746	34,2	20,8	0,7
Ensino Médio	Total	3.998.391	46,2	4.947.896	47,2	6.931.223	56,8	73,4	40,1
	Federal	1.186.104	13,7	1.374.558	13,1	1.096.831	9,0	-7,5	-20,2
	Estadual	831.009	100,0	1.202.573	100,0	1.515.169	100,0	82,3	26,0
	Municipal	31.229	3,8	36.635	3,0	38.578	2,5	23,5	5,3
Bahia	Total	472.746	56,9	703.958	58,5	992.785	65,5	110,0	41,0
	Federal	95.078	11,4	163.903	13,6	186.640	12,3	96,3	13,9
	Estadual	231.956	27,9	298.077	24,8	297.166	19,6	28,1	-0,3
	Municipal	231.956	27,9	298.077	24,8	297.166	19,6	28,1	-0,3
Bahia									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	773.504	100,0	584.194	100,0	340.708	100,0	-56,0	-41,7
	Federal	1.221	0,2	215	0,0	27	0,0	-97,8	-87,4
	Estadual	182.502	23,6	109.203	18,7	14.111	4,1	-92,3	-87,1
	Municipal	498.184	64,4	381.574	65,3	223.758	65,7	-55,1	-41,4
Ensino Fundamental	Total	91.597	11,8	93.202	16,0	102.812	30,2	12,2	10,3
	Federal	2.238.193	100,0	2.887.940	100,0	3.553.446	100,0	58,8	23,0
	Estadual	1.432	0,1	1.667	0,1	564	0,0	-60,6	-66,2
	Municipal	1.027.303	45,9	1.309.135	45,3	1.283.338	36,1	24,9	-2,0
Ensino Médio	Total	1.001.168	44,7	1.318.206	45,6	2.054.020	57,8	105,2	55,8
	Federal	208.290	9,3	258.932	9,0	215.524	6,1	3,5	-16,8
	Estadual	212.746	100,0	319.045	100,0	429.294	100,0	101,8	34,6
	Municipal	1.148	0,5	3.800	1,2	5.028	1,2	338,0	32,3
Bahia	Total	144.663	68,0	209.773	65,8	306.663	71,4	112,0	46,2
	Federal	23.928	11,2	47.598	14,9	64.040	14,9	167,6	34,5
	Estadual	43.007	20,2	57.874	18,1	53.563	12,5	24,5	-7,4
	Municipal	43.007	20,2	57.874	18,1	53.563	12,5	24,5	-7,4

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

INDÚSTRIA

A principal característica da indústria do Estado da Bahia é a pequena diversificação de sua estrutura. Os quatro gêneros mais representativos – química, metalúrgica, diversas e de produtos alimentares – foram responsáveis, em 1997, por aproximadamente 84% do total do valor adicionado do setor, destacando-se a participação do pólo petroquímico de Camaçari.

Apenas três divisões das indústrias produtoras de bens intermediários – química, metalurgia e de produtos de minerais não-metálicos – respondem por 67% do valor adicionado da indústria de transformação baiana⁴, 29% do pessoal ocupado (PO) e 26% das unidades locais (ULs) operando nesse setor.

Dentre as principais atividades da categoria de bens intermediários, ressalta-se o predomínio da indústria química, que apresentou participação média de 48% no produto da indústria de transformação baiana, entre 1990 e 1997. Segundo as informações da Paer, em 1998 o setor respondia por 15% do pessoal ocupado e por 11% das unidades locais. O setor químico é o que apresenta o maior grau de integração com a indústria nacional – mais da metade de suas receitas provêm de vendas a outros estados da Federação. O Pólo Petroquímico de Camaçari é líder em produção e volume de vendas no cenário da indústria petroquímica nacional. Além disso, a indústria química baiana é responsável pela maior parte das exportações de manufaturados que têm origem no Estado. A importância do Pólo de Camaçari no processo de concentração regional da indústria baiana pode ser avaliada pelo fato da Região Metropolitana de Salvador responder por 80% do pessoal ocupado na indústria química baiana.

⁴ Dado fornecido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 5
Unidades Locais e Pessoal Ocupado na Indústria, segundo
Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Unidades Locais		Pessoal Ocupado	
	N° Abs.	%	N° Abs.	%
Total	637	100,0	62.338	100,0
Grupo I - Bens de Consumo Não-Duráveis	273	42,8	28.449	45,6
Alimentos e Bebida	130	20,4	15.283	24,5
Têxteis	22	3,5	3.395	5,5
Vestuário	49	7,8	3.134	5,0
Couro e Calçados	14	2,2	2.535	4,1
Edição e Impressão	23	3,7	1.310	2,1
Móveis	29	4,6	1.413	2,3
Demais	5	0,8	1.379	2,2
Grupo II - Bens Intermediários	325	50,9	29.987	48,1
Extração de Minérios Não-Metálicos	39	6,1	2.239	3,6
Madeira	27	4,2	776	1,3
Papel e Celulose	12	1,9	1.880	3,0
Borracha e Plástico	44	6,9	3.984	6,4
Minerais Não-Metálicos	87	13,7	5.245	8,4
Metalurgia	11	1,7	2.842	4,6
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	25	3,9	1.239	2,0
Química e Combustíveis	69	10,8	9.655	15,5
Demais	11	1,7	2.127	3,4
Grupo III - Bens de Capital e de Consumo Duráveis	40	6,3	3.902	6,3
Ap. Elétr./Eletrôn. e de Comunic./Médic.e Precisão	8	1,3	1.433	2,3
Automobilística e Outros Equip. de Transporte	17	2,7	1.155	1,9
Demais	15	2,4	1.314	2,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

As divisões de metalurgia e minerais não-metálicos vêm em seguida, com 16% e 2% do produto, respectivamente. Apesar da pequena expressão em termos de valor adicionado, a produção de minerais não-metálicos emprega 8% do PO da indústria de manufatura, alocado em 14% das unidades locais. Neste setor, a disparidade entre a participação no emprego e no produto decorre da base técnica atrasada e da grande quantidade de pequenas olarias – o que se reflete no predomínio de unidades locais (100% do PO) com menos de 500 empregados. É uma situação oposta à da química, em que 29% do PO encontra-se em unidades com mais de 500 empregados e 48%, em unidades com 100 a 499 empregados. Na metalurgia, que responde por 5% do PO e por apenas 2% das unidades locais, também é grande a participação das unidades locais de grande porte (30% do PO). A divisão de borracha e plásticos, entre os produtores de bens intermediários, corresponde a 7% das unidades locais e 6% do PO industrial.

A especialização da indústria baiana na produção de bens intermediários pode ser verificada também pelos setores que mais cresceram nos últimos

anos. Chama a atenção o aumento da participação da metalurgia no produto industrial de 14% para 17%, entre 1990 e 1996. Vale ainda ressaltar o crescimento da indústria de papel e celulose, cuja participação passou de 1%, em 1990, para 4%, em 1997. Esta divisão empregava 3% do PO industrial em 1998, e representava 2% das unidades locais. Cerca de 20% de suas receitas correspondem a exportações.

Os setores produtores de bens de consumo não-duráveis empregam 46% do PO na indústria, em 43% do total das unidades locais. O setor de maior expressão é o de alimentos e bebidas, com 24% do PO industrial, em 20% das unidades locais, seguido dos setores têxtil (5% do PO, em 3% das ULs), de vestuário (5% do PO, em 8% das ULs) e de couro e calçados (4% do PO em 2% das ULs).

As divisões produtoras de bens de capital e de consumo duráveis são quase inexpressivas no contexto industrial do Estado; no conjunto, respondem por cerca de 6% das unidades locais e do PO industrial. A indústria de material de transportes, com maior peso entre elas, apresenta participação de apenas cerca de 2% no PO industrial. Este setor, dentre os demais dessa categoria de uso, apresenta perspectivas concretas de expansão a médio prazo, com o desenvolvimento do pólo automobilístico baiano, condicionado à bem sucedida implantação de uma fábrica da Ford e da coreana Asia Motors. No entanto, como as recentes experiências fluminense e gaúcha de implantação de novas montadoras têm demonstrado, a capacidade de aprofundamento da industrialização, através da atração de setores fornecedores de componentes e matérias-primas desses novos empreendimentos, é limitada. No caso daquelas experiências, as novas fábricas e seus principais fornecedores têm implantado preferencialmente as operações de montagem, ao passo que as operações de transformação, com maior conteúdo de valor (produção de motores e câmbios, produção dos componentes do sistema de suspensão e freios e mesmo estampagem de chapas), não são realocadas, permanecendo nos pólos tradicionais (São Paulo e Minas Gerais).

Tabela 6
Distribuição do Pessoal Ocupado na Indústria, por Faixa de Pessoal Ocupado,
segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Faixas de Pessoal Ocupado				
	Até 29	30 a 99	100 a 499	500 a 999	1.000 e mais
Total	6,4	27,1	44,9	9,8	11,8
Bens de Consumo Não-Duráveis	6,2	24,5	46,2	4,9	18,1
Alimentos e Bebida	5,3	21,1	41,8	5,3	26,4
Têxteis	1,5	16,2	82,3	-	-
Vestuário	11,9	44,3	43,8	-	-
Couro e Calçados	3,5	10,9	41,3	-	44,3
Edição e Impressão	22,5	33,6	43,9	-	-
Móveis	10,5	72,6	16,8	-	-
Demais	-	4,6	52,6	42,8	-
Bens Intermediários	6,5	30,5	44,2	11,7	7,2
Extração de Minérios Não-Metálicos	17,7	45,8	9,3	27,2	-
Madeira	53,3	46,7	-	-	-
Papel e Celulose	2,6	9,8	46,9	40,7	-
Borracha e Plástico	3,3	37,4	59,3	-	-
Minerais Não-Metálicos	8,8	54,1	37,2	-	-
Metalurgia	1,9	4,	63,6	30,2	-
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	13,6	74,1	12,4	-	-
Química e Combustíveis	2,3	21,1	47,8	6,4	22,5
Demais	2,2	7,3	59,9	30,6	-
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	7,5	20,5	40,8	31,2	-
Ap. Elétricos/Eletrônicos e Com./Médicos e Precisão	1,4	2,9	95,7	-	-
Automobilísticas e Outros Equip. de Transporte	15,2	35,8	-	49,1	-
Demais	7,3	26,4	16,8	49,5	-

Fonte: Fundação Seade - Pesquisa da Atividade Econômica Regional - Paer.

Os setores analisados apresentam diferenças expressivas no que diz respeito ao porte das empresas e à sua dinâmica recente. O setor de alimentos e bebidas é o que tem maior presença no interior baiano e apresenta um número significativo de empresas de grande porte (32% do PO alocado em unidades locais com 500 e mais empregados). No entanto, sua expressão é primordialmente estadual, já que apenas 17% das receitas são realizadas em vendas fora do Estado. É interessante observar que enquanto a participação da indústria de alimentos no produto industrial baiano vem caindo (de 14% para 9%, entre 1990 e 1997), a da indústria de bebidas, inversamente, saltou de 2% para 6%. O setor têxtil, apesar de baseado em fábricas de porte médio (82% do PO em ULs com 100 a 499 empregados), apresenta integração com outras economias bem superior à das demais indústrias da categoria de uso: 79% das receitas são realizadas em vendas fora do Estado, sendo 26% provenientes de exportações e 53% de vendas para outros estados. Uma tendência semelhante, embora menos acentuada, verifica-se na divisão de couro e calçados, em que 50% das vendas são realizadas para outros Estados e 20%

provenientes de exportações. Neste setor, destaca-se a presença de algumas unidades de grande porte, que respondem pelo fato de 44% do PO no setor estar alocado em fábricas com mais de 1.000 empregados. Parte delas corresponde à recente transferência para a Bahia de produtores de calçados de outras unidades da Federação.

Tabela 7
Distribuição da Receita Bruta de Vendas na Indústria, por Destino,
segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem (1)				
	Própria Região	Outras Regiões do Estado	Outros Estados	Mercosul	Outros Países
Total	40,1	29,8	24,1	2,1	4,0
Grupo I – Bens de Consumo Não-Duráveis	42,6	30,3	20,8	1,7	4,8
Alimentos e Bebida	44,3	36,9	16,7	0,7	1,5
Têxteis	10,0	11,2	52,9	3,7	22,2
Vestuário	56,2	27,7	16,1	0,0	0,0
Couro e Calçados	15,1	15,6	49,8	11,6	7,9
Edição e Impressão	70,0	19,8	10,2	0,0	0,0
Móveis	39,0	38,6	19,0	3,5	0,0
Demais	1,0	3,0	0,2	0,0	95,8
Grupo II – Bens Intermediários	37,6	30,0	26,1	2,5	3,8
Extração de Minérios Não-Metálicos	33,9	24,8	25,1	8,8	7,4
Madeira	41,6	51,9	6,5	0,0	0,0
Papel e Celulose	27,1	34,4	19,8	3,3	15,5
Borracha e plástico	35,6	22,7	41,6	0,1	0,0
Minerais Não-Metálicos	57,3	32,9	8,7	0,0	1,0
Metalurgia	46,1	23,4	26,5	1,0	3,0
Produtos de Metal (exceto Máq. e Equip.)	48,9	31,1	20,0	0,0	0,0
Química e Combustíveis	13,0	21,6	51,7	6,2	7,6
Demais	12,5	58,8	16,3	0,0	12,5
Grupo III – Bens de Capital e de Consumo Duráveis	43,1	24,7	30,2	1,0	1,0
Ap.Elétron./Eletrôn.e de Comunic./Médic.e Precisão	38,0	5,6	50,5	1,0	4,9
Automobilísticos e Outros Equip. de Transporte	43,8	27,2	29,0	0,0	0,0
Demais	45,0	32,3	20,7	2,0	0,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) Porcentagem média.

A indústria baiana é relativamente recente – cerca de 68% das unidades foram implantadas após 1980, das quais quase 40% após 1990. O setor de bens intermediários, em conjunto, é o que tem maior tradição no Estado. Ainda assim, cerca de 32% das unidades locais dessa categoria de uso foram criadas após 1990, refletindo a já comentada expansão da metalurgia e da indústria de papel e celulose. A implantação relativamente recente de indústrias reflete os resultados da política de promoção do investimento industrial com base em incentivos fiscais, adotada pelo governo baiano. Juntamente com as intenções de investimento reveladas pelas empresas, este fator sugere que haverá

continuidade do crescimento da atividade industrial no Estado, com conseqüente reflexo na demanda por educação profissional.

Tabela 8
Unidades Locais e Pessoal Ocupado na Indústria,
segundo Período de Início de Funcionamento e Categoria de Uso
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Período de Início de Funcionamento	Unidades Locais		Pessoal Ocupado	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Total	637	100,0	62.338	100,0
Até 1969	95	14,9	12.946	20,8
1970 A 1979	112	17,6	15.912	25,5
1980 A 1989	181	28,5	14.237	22,8
1990 e mais	249	39,1	19.243	30,9
Grupo I – Bens de Consumo Não-Duráveis	273	100,0	28.449	100,0
Até 1969	46	16,7	6.189	21,8
1970 a 1979	35	12,8	5.828	20,5
1980 a 1989	66	24,1	5.008	17,6
1990 e mais	127	46,4	11.425	40,2
Grupo II – Bens Intermediários	325	100,0	29.987	100,0
Até 1969	44	13,6	6.227	20,8
1970 a 1979	69	21,4	9.097	30,3
1980 a 1989	106	32,6	8.406	28,0
1990 e mais	105	32,4	6.256	20,9
Grupo III – Bens de Capital e de Consumo Duráveis	40	100,0	3.902	100,0
Até 1969	5	12,5	530	13,6
1970 a 1979	8	20,0	987	25,3
1980 a 1989	10	25,0	823	21,1
1990 e mais	17	42,5	1.562	40,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

As informações prospectivas da Paer-Bahia indicam que uma porcentagem significativa das empresas industriais baianas pretende investir na modernização de suas unidades e na expansão de sua capacidade produtiva, aproximadamente 62% das unidades produtivas locais baianas pertencem a empresas que têm planos de investir no Estado, nos próximos três anos, em sua atividade. Entre os setores industriais de maior peso, as intenções mais fortes de investimento encontram-se nas seguintes divisões: couro e calçados (100% das unidades em empresas que pretendem investir), metalurgia (82%), borracha e plástico (72%), móveis (69%), papel e celulose (67%), alimentos e bebidas (66%) e química (65%).

Tabela 9

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado Pertencentes a Empresas que Pretendem Investir na Mesma Atividade Econômica, nos Próximos Três Anos (1999 - 2001), segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Total	62,5	67,8
Grupo I - Bens de Consumo Não-Duráveis	62,3	69,2
Alimentos e Bebidas	66,0	66,6
Têxteis	54,6	67,0
Vestuário	43,8	46,3
Couro e Calçados	100,0	100,0
Edição e Impressão	55,6	71,3
Móveis	69,0	73,0
Demais	75,0	94,7
Grupo II - Bens Intermediários	62,6	69,0
Extração de Minérios Não-Metálicos	57,6	69,6
Madeira	35,7	44,7
Papel e Celulose	66,7	80,2
Borracha e Plástico	71,7	71,5
Minerais Não-Metálicos	58,5	55,4
Metalurgia	81,8	55,5
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	64,0	64,8
Química e Combustíveis	65,3	72,9
Demais	100,0	100,0
Grupo III - Bens de Capital e de Consumo Duráveis	62,5	49,0
Ap. Elétr./Eletrôn. e de Comunic./Médic. e Precisão	75,0	83,8
Automobilísticos e Outros Equip. de Transporte	52,9	28,5
Demais	66,7	29,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

A análise da modalidade de investimento indica que poderá haver crescimento do nível de atividade dessas indústrias: 80% na aquisição de novas máquinas e equipamentos, 79% em implantação de novas formas de organização do trabalho e produção, 77% em programas de treinamento e capacitação de pessoal e 55% das unidades pretendem investir na ampliação de suas plantas.

Tabela 10

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado Pertencentes a Empresas que Pretendem Investir na Mesma Atividade Econômica, nos Próximos Três Anos (1999 - 2001), segundo Tipo de Investimento
Estado da Bahia
1998

Tipos de Investimento	Em porcentagem			
	Local onde se Pretende Realizar Investimentos			
	Mesmo Município da Unidade Local		Outro Município do Estado	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Ampliação do Espaço Físico da Planta	55,4	57,7	-	-
Abertura ou Ampliação de Outras Plantas	29,6	33,1	69,4	52,7
Aquisição de Equip. de Inform./Telecom.	74,5	80,2	70,0	89,6
Aquisição Máq./Equip. (exceto Inf./Tel.)	79,7	82,4	84,6	94,4
Aquisição de Marcas e Patentes	18,4	17,5	20,3	10,6
Impl. Novas Formas Organ. de Trab./Prod.	79,2	78,6	92,8	95,4
Contratação de Serviços Tecnológicos	49,4	61,2	38,2	39,3
Progr. de Trein. e Capacit. Mão-de-Obra	77,1	80,0	75,3	91,2
Outros	4,0	3,1	0,0	0,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de empresas que pretendem investir na mesma atividade da unidade, nos próximos três anos.

As implicações desses novos investimentos para a educação profissional compreendem a progressiva importância dos conhecimentos relacionados às novas tecnologias da informação, particularmente as de uso em atividades de serviço e escritório. Cerca de 75% das unidades locais que farão novos investimentos pretendem adquirir novos equipamentos de informática e telecomunicações. Enquanto 83% das unidades industriais, empregando 91% dos trabalhadores, são usuárias de microcomputadores, a maioria delas (53%) baseia-se, para tanto, na integração em redes (Intranet), o que evidencia um relativo avanço na difusão de ferramentas de informática. Além disso, 52% das unidades locais, empregando quase 70% do PO, têm acesso à Internet.

Tabela 11
 Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado
 que Utilizam Computador, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
 Estado da Bahia
 1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Total	82,5	90,9
Bens de Consumo Não-Duráveis	84,4	91,6
Alimentos e Bebidas	89,8	95,8
Têxteis	90,9	98,1
Vestuário	72,8	76,6
Couro e Calçados	64,3	84,9
Edição e Impressão	100,0	100,0
Móveis	72,4	79,5
Demais	80,0	80,0
Bens Intermediários	79,9	89,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	67,9	83,1
Madeira	41,4	49,9
Papel e Celulose	91,7	98,7
Borracha e Plástico	97,7	97,2
Minerais Não-Metálicos	62,9	73,5
Metalurgia	90,9	69,9
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	96,0	98,3
Química e Combustíveis	98,6	99,8
Demais	100,0	100,0
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	90,0	97,5
Ap. Elétr., Eletrônica e Comunic. e Instrum. Médicos e de Precisão	100,0	100,0
Automobilísticos e Outros Equip. Transporte	76,5	91,7
Demais	100,0	100,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

Tabela 12
 Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado que Possuem
 Computadores Ligados em Rede, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
 Estado da Bahia
 1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Total	52,8	72,9
Bens de Consumo Não-Duráveis	52,3	71,8
Alimentos e Bebidas	59,6	78,9
Têxteis	68,2	82,9
Vestuário	35,1	51,6
Couro e Calçados	21,4	49,8
Edição e Impressão	68,3	81,4
Móveis	41,4	51,5
Demais	40,0	63,0
Bens Intermediários	52,7	74,5
Extração de Minerais Não-Metálicos	28,3	56,2
Madeira	9,5	16,0
Papel e Celulose	66,7	77,6
Borracha e Plástico	79,8	85,3
Minerais Não-Metálicos	32,2	49,1
Metalurgia	45,5	63,6
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	60,0	74,8
Química e Combustíveis	87,1	95,8
Demais	54,6	71,0
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	57,5	68,4
Ap. Elétr., Eletrônica e Comunic. e Instrum. Médicos e de Precisão	62,5	49,8
Automobilísticos e Outros Equip. Transporte	29,4	65,0
Demais	86,7	91,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

Na indústria baiana, 34% das unidades locais, empregando 48% do PO, são usuárias de equipamentos de automação industrial. A difusão da automação industrial é particularmente ampla na indústria de couro e calçados (64% das unidades), de papel e celulose (50%), na metalurgia (45%) e na química (44%). E ainda, 47% das unidades ampliaram a automação industrial como parte de sua estratégia de produção, no período 1996-98.

Tabela 13

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado em Unidades que Utilizaram Algum Equipamento de Automação Industrial, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Total	33,7	48,4
Bens de Consumo Não-Duráveis	36,1	46,7
Alimentos e Bebidas	41,2	41,2
Têxteis	36,4	51,1
Vestuário	29,3	38,8
Couro e Calçados	64,3	87,7
Edição e Impressão	31,8	61,4
Móveis	13,8	26,4
Demais	40,0	47,4
Bens Intermediários	31,9	49,2
Extração de Minerais Não-Metálicos	25,2	26,8
Madeira	4,0	3,8
Papel e Celulose	50,0	79,1
Borracha e Plástico	35,2	42,0
Minerais Não-Metálicos	27,7	29,4
Metalurgia	45,5	73,9
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	27,3	22,8
Química e Combustíveis	43,6	57,1
Demais	44,4	70,7
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	31,6	53,9
Ap. Elétricos, Eletrônica e Comunic. e Instrum. Médicos e de Precisão	50,0	78,4
Automobilísticos e Outros Equip. Transporte	26,7	62,3
Demais	26,7	20,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

Tabela 14

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado em Unidades que Utilizaram Equipamentos de Automação Industrial, segundo Tipo de Equipamento
Estado da Bahia
1998

Equipamentos de Automação Industrial	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Máquina-Ferramenta Controle Numérico Computadorizado	16,4	24,9
Máquina-Ferramenta Controle Numérico Convencional	17,2	20,7
Máquina-Ferramenta Retrofitada p/ Controle Numérico	6,3	8,0
Centros de Usinagem de Controle Numérico	3,5	4,5
Robô Industrial	1,6	4,2
Armazém (Estoque) Automatizado	7,8	12,2
Sistema de Transp. Automatizado de Controle Eletrônico	4,7	6,3
Computadores de Processo (p/ Controle de Manufatura)	14,7	26,6
Sistemas CAD/CAE	9,1	24,2
Sistemas Digitais de Controle Distribuído	7,2	16,3
Controlador Lógico Programável (CLP)	13,3	28,0
Computadores de Processo (p/ Controle de Processo)	13,7	27,1
Analizador Digital	10,8	20,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

A progressiva difusão de equipamentos baseados em tecnologias da informação e as intenções de investimento em determinados setores, anteriormente apontadas, ajudam a explicar por que, na avaliação das unidades locais, deverá ocorrer a ampliação da demanda por algumas ocupações, consideradas escassas no mercado de trabalho baiano.

Este é o caso, em primeiro lugar, de um grupo de ocupações demandadas por setores produtores de bens intermediários, com ênfase em certas ocupações técnicas e de manutenção: mecânicos de manutenção de máquinas, operadores de máquinas, eletricitas de instalações e manutenção.

Tabela 15

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado(1) em Unidades Industriais com Dificuldades de Contratação na Categoria de Uso Bens Intermediários, segundo Ocupações (2)
Estado da Bahia
1998

Ocupações	Em porcentagem	
	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Mecânicos de Manutenção de Máquinas, em Geral	4,0	5,3
Operadores de Máquinas Fixas e de Equipamentos similares Não-Classificados sob outras Epígrafes	3,6	4,9
Eletricistas de Instalações	3,5	4,5
Mecânicos de Manutenção de Máquinas	3,1	4,8
Eletricista de Manutenção, em Geral	2,0	2,7
Técnico Químico, em Geral	1,9	1,0
Técnico de Administração	1,8	5,0
Técnicos de Mineração, Metalurgia e Geologia	1,8	1,2
Operadores de Máquinas de Extração de Minérios (Minas e Pedreiras)	1,8	1,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com dificuldade de contratação

(2) Foram selecionadas as ocupações indicadas pelo maior número de unidades.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Em segundo lugar, encontra-se o grupo de ocupações consideradas escassas nos setores de bens de consumo não-duráveis, em que também é grande a demanda por profissionais de manutenção: modelistas de roupas, alfaiates, costureiros e modistas, confeiteiros, mecânicos de manutenção de máquinas, eletricitas de instalações.

Tabela 16

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado(1) em Unidades Industriais com Dificuldades de Contratação na Categoria de Uso Bens de Consumo Não-Duráveis, segundo Ocupações (2)
Estado da Bahia
1998

Ocupações	Unidades Locais	Em porcentagem
		Pessoal Ocupado
Mecânicos de Manutenção de Máquinas	6,1	8,2
Modelista de roupas	6,1	4,3
Alfaiates, Costureiros e Modistas	4,5	2,5
Mecânicos de Manutenção de Máquinas, em Geral	4,3	2,5
Eletricistas de instalações	2,6	6,0
Eletricista de instalações, em Geral	2,5	2,8
Técnico de contabilidade	2,2	10,6
Confeiteiro	2,1	0,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com dificuldade de contratação.

(2) Foram selecionadas as ocupações indicadas pelo maior número de unidades.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Finalmente, nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis é particularmente agudo o problema de escassez de profissionais da área de elétrica e eletrônica: soldadores, torneiros, fresadores e retificadores, ferramenteiros, técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações, técnicos eletrônicos em geral, técnicos mecânicos, engenheiros eletricitas e eletrônicos.

Tabela 17

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado(1) em Unidades Industriais com Dificuldade de Contratação na Categoria de Uso Bens de Capital e de Consumo Duráveis, segundo Ocupações (2)
Estado da Bahia
1998

Ocupações	Unidades Locais	Em porcentagem	
		Pessoal Ocupado	
Soldador, em geral	7,5	2,9	
Engenheiros Eletricistas e Engenheiros Eletrônicos	5,0	3,6	
Técnicos de Eletricidade, Eletrônica e Telecomunicações	5,0	5,7	
Receptionistas	5,0	2,2	
Torneiros, Fresadores, Retificadores e Trab.Assemelhados	5,0	1,8	
Técnico Eletrônico, em Geral	5,0	24,8	
Técnico Mecânico (Calefação, Ventilação e Refrigeração)	5,0	1,8	
Ferramenteiro, em Geral	5,0	10,8	
Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	5,0	2,1	

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com dificuldade de contratação.

(2) Foram selecionadas as ocupações indicadas pelo maior número de unidades.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Com relação à escolaridade exigida para contratação, para o pessoal semiqualeficado ligado à produção, 43% das unidades exigem a quarta série do ensino fundamental, e 30% delas não exigem nenhuma escolaridade. Para o pessoal qualificado ligado à produção, as exigências de escolaridade aumentam: 40% das unidades exigem o ensino fundamental completo, quase 30% o ensino médio e apenas 10% não exigem escolaridade alguma. Para o pessoal administrativo básico, as exigências são maiores, 73% das empresas exigem pelo menos o ensino médio.

Tabela 18

Distribuição das Unidades Locais da Indústria e do Pessoal Ocupado (1) por Categoria de Qualificação, segundo Escolaridade Exigida para Contratação
Estado da Bahia
1998

Escolaridade Exigida	Em porcentagem					
	Categorias de Qualificação Ocupacional					
	Pessoal Ligado à Produção Semiqualeficado		Pessoal Ligado à Produção Qualificado		Administrativo Básico	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Nenhuma	30,5	27,9	10,5	6,7	1,8	0,5
Quarta Série do Ensino Fundamental	43,5	40,0	20,4	16,2	3,1	2,3
Ensino Fundamental Completo	19,6	22,3	39,8	42,4	19,8	13,8
Ensino Médio Completo	6,5	9,8	28,7	33,5	73,2	81,3
Educação Superior Incompleta	0,0	0,0	0,5	1,3	1,3	0,7
Educação Superior Completa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que exigem determinada escolaridade para contratação, e não ao número de empregados com tal escolaridade.

A exigência de cursos profissionalizantes como requisito para contratação não é uma prática comum nas unidades industriais do Estado da Bahia,

principalmente nos postos de menor qualificação. Para o pessoal ligado à produção, dentre os trabalhadores semiquualificados, observa-se maior exigência dos cursos profissionalizantes (8%) e de curta duração (7%), sendo que apenas 2% das unidades exigem habilitação técnica. Para o pessoal qualificado, aumentam as exigências de cursos profissionalizantes, sendo mais comum a exigência de nível básico (17%) e também de nível técnico (13%) e de curta duração (12%). Para os técnicos de nível médio, mais de metade das unidades, que empregam três quartos dos profissionais desta categoria de qualificação, exigem habilitação técnica com nível de segundo grau. Já para os profissionais de nível superior, são mais exigidos os cursos de de habilitação técnica (37%) e curta duração (35%).

Tabela 19

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) Ligado à Produção em Unidades Industriais que Exigem Cursos Profissionalizantes para Contratação, por Categoria de Qualificação, segundo Tipo de Curso
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Curso	Pessoal Ligado à Produção							
	Semiquualificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Cursos Profissionalizantes de Curta Duração	6,6	6,7	11,7	15,5	26,2	39,2	35,0	42,9
Cursos Profissionalizantes (Ensino Fundamental)	7,5	11,5	17,3	24,4	20,3	17,6	12,8	8,7
Habilitação Técnica (Nível Médio)	2,0	1,2	12,5	14,9	57,0	77,4	36,9	47,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que exigem determinado curso para contratação, e não ao número de empregados com tal curso.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos

Para o pessoal administrativo básico, são mais exigidos os cursos de curta duração (35%) e os cursos de habilitação técnica (28%). Para os técnicos de nível médio, além da exigência de habilitação técnica de nível médio (56%), 37% das unidades exigem cursos de curta duração. Já para os profissionais de nível superior, as exigências de cursos são bastante parecidas com as do pessoal ligado à produção, sendo mais exigidos os cursos de curta duração e os de habilitação técnica.

Tabela 20

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) Administrativo em Unidades Industriais que Exigem Cursos Profissionalizantes para Contratação, por Categoria de Qualificação, segundo Tipos de Curso
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Curso	Pessoal Administrativo					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Cursos Profissionalizantes de Curta Duração	35,3	51,7	36,8	47,2	40,1	50,0
Cursos Profissionalizantes (Ensino Fundamental)	18,9	19,3	17,4	20,5	14,6	14,9
Habilitação Técnica (Nível Médio)	27,9	31,1	55,7	70,2	35,4	40,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que exigem determinado curso para contratação, e não ao número de empregados com tal curso.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos

A exigência dos cursos de curta duração é coerente com a importância atribuída pelas empresas ao conhecimento tecnológico atualizado como componente das habilidades específicas no exercício da ocupação, tanto no caso de trabalhadores semiqualeificados ligados à produção (30% das ULs), como para qualificados (50% das ULs), técnicos de nível médio (75% das ULs) e superior (77% das ULs).

Tabela 21

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado (1) Ligado à Produção, por Categoria de Qualificação, segundo Rotina de Trabalho Executada pela Maioria dos Empregados
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Rotinas de Trabalho	Pessoal Ligado à Produção							
	Semiqualeificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Uso de Microcomputador	4,6	7,4	20,9	27,3	49,9	75,9	66,9	88,4
Uso de Língua Estrangeira	0,2	0,0	1,2	0,6	5,4	16,8	31,7	45,1
Uso de Conhecimento Tecnológico Atualizado	30,3	34,6	50,5	60,8	75,1	87,4	77,0	88,4
Uso de Técnicas de Qualidade	51,5	58,1	64,8	75,3	81,9	92,6	84,4	92,7
Uso de Redação Básica	13,7	12,9	25,3	31,2	43,1	62,3	55,9	73,2
Expressão e Comunicação Verbais	33,6	33,7	45,3	47,1	60,4	69,1	72,1	86,4
Uso de Matemática Básica	34,4	36,3	52,4	56,7	65,9	83,5	73,5	83,8
Contato com Clientes	11,8	11,8	23,5	25,8	33,5	40,1	51,9	51,5
Trabalho em Equipe	92,3	94,1	90,7	89,5	93,6	96,2	93,3	96,6
Outro	0,9	0,9	0,4	0,8	0,8	5,7	0,7	3,3

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades em que a rotina de trabalho é executada pela maioria dos empregados, e não ao número de empregados que realizam tais rotinas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Verifica-se que, de maneira geral, as habilidades utilizadas na rotina de trabalho crescem conforme a qualificação da ocupação. As rotinas podem ser separadas em dois grupos. O primeiro grupo é composto das habilidades que

são pouco utilizadas pelas ocupações de menor qualificação, que compõem a maior parte do pessoal ocupado na indústria da Bahia, e muito utilizadas pelas de maior qualificação, compreendendo o uso de microcomputador, o uso de língua estrangeira, de redação básica e o contato com clientes. O segundo grupo é composto pelas habilidades utilizadas em todas as ocupações, embora mais intensamente nas de maior qualificação, compreendendo habilidades técnicas específicas da ocupação bem como habilidades básicas ligadas à educação formal, como expressão e comunicação verbal e uso de matemática básica. O trabalho em equipe é a única habilidade igualmente utilizada em todas as categorias ocupacionais (mais de 90% das unidades e do pessoal ocupado).

Tabela 22

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Administrativo Ocupado (1), por Categoria de Qualificação, segundo Rotina de Trabalho Executada pela Maioria dos Empregados Estado da Bahia 1998

Rotinas de Trabalho	Em porcentagem					
	Pessoal Administrativo					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Uso de Microcomputador	76,5	85,2	84,9	92,8	87,3	93,3
Uso de Língua Estrangeira	4,5	9,1	12,2	19,3	36,6	59,3
Uso de Conhecimento Tecnológico Atualizado	49,7	50,6	68,8	83,4	74,4	89,8
Uso de Técnicas de Qualidade	59,8	63,7	73,8	86,6	79,9	89,5
Uso de Redação Básica	68,4	79,8	75,6	91,5	75,0	88,0
Expressão e Comunicação Verbais	85,0	83,4	85,9	91,9	86,1	91,2
Uso de Matemática Básica	82,8	83,9	86,9	93,1	82,1	88,4
Contato com Clientes	80,9	74,3	86,8	82,7	86,3	86,5
Trabalho em Equipe	88,6	91,9	89,0	94,0	90,0	94,3
Outro	0,4	0,6	1,9	3,2	0,8	3,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em cada categoria de qualificação das unidades em que a rotina de trabalho é executada pela maioria dos empregados e não ao número de empregados que realizaram tais rotinas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Com relação ao pessoal administrativo, as rotinas utilizadas pela maioria das unidades em todas as categorias são o uso de microcomputador, o uso de redação básica, expressão e comunicação verbal, uso de matemática básica, contato com clientes e trabalho em equipe. O uso de conhecimento tecnológico atualizado e de técnica de qualidade são bastante utilizados por todas as categorias, sendo tanto mais elevado conforme a hierarquia.

O desenvolvimento da oferta de cursos de curta duração poderia ser uma das vertentes da expansão do ensino profissional, sem prejuízo da oferta de

cursos profissionalizantes, que requerem nível fundamental de escolaridade, e da oferta de habilitação técnica de nível médio. A superação das principais carências de habilidades da força de trabalho, apontadas pelas unidades locais, também cria novas oportunidades de expansão para as escolas profissionalizantes. No caso do pessoal semiquualificado e qualificado ligados à produção, as carências mais enfatizadas são dificuldade de expressão e comunicação verbais e por escrito, conhecimento de matemática básica, capacidade de trabalhar em equipe e dificuldade de desenvolver novas habilidades e funções, além da falta de conhecimentos específicos da ocupação. No caso de técnicos de nível médio e profissionais de nível superior, acrescenta-se a insuficiência de conhecimentos de informática e de habilidade para lidar com clientes. Em relação às carências do pessoal administrativo, a falta de noções básicas de língua estrangeira prejudica as ocupações mais qualificadas, enquanto que a dificuldade de expressão e comunicação verbais prejudica mais o pessoal administrativo básico.

Tabela 23

Proporção de Unidades Locais da Indústria, por Categoria de Qualificação do Pessoal Ligado à Produção, segundo Carência que Prejudica o Desempenho da Maioria dos Empregados Estado da Bahia 1998

Carências	Pessoal Ligado à Produção			
	Semi- Qualificado	Qualificado	Técnico de Nível Médio	Nível Superior
Conhecimentos Específicos da Ocupação	49,6	47,7	40,0	32,4
Conhecimentos de Informática	10,0	13,2	24,5	24,1
Expressão e Comunicação Verbais	40,1	40,4	36,1	31,6
Conhecimento de Matemática Básica	31,2	30,6	30,0	27,8
Habilidade para Lidar com Clientes	17,2	22,6	22,8	26,2
Capacidade de Comunicação. por Escrito	38,5	33,3	31,6	30,9
Trabalho em Equipe	37,3	36,4	37,0	33,1
Desenvolver Novas Habilidades e Funções	43,6	39,9	32,9	30,0
Noções Básicas de Língua Estrangeira	6,3	8,2	12,9	20,8
Outras	1,5	0,7	1,4	0,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Tabela 24

Proporção de Unidades Locais da Indústria, por Categoria de Qualificação do Pessoal Administrativo, segundo Carência que Prejudica o Desempenho da Maioria dos Empregados Estado da Bahia 1998

Em porcentagem

Carências	Pessoal Administrativo					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Conhecimentos Específicos da Ocupação	33,4	32,7	33,9	39,9	30,7	33,4
Conhecimento de Informática	33,8	38,8	36,1	48,0	31,9	35,7
Expressão e Comunicação Verbais	38,0	40,6	32,3	41,7	30,8	36,7
Conhecimento de Matemática Básica	29,8	36,2	28,8	34,0	27,6	32,5
Habilidade para Lidar com Clientes	32,5	32,5	30,8	42,9	31,3	36,5
Capacidade de Comunicação. por Escrito	33,8	37,9	29,3	40,1	30,0	39,3
Trabalho em Equipe	29,6	40,7	30,0	42,0	32,5	39,1
Desenvolver Novas Habilidades. e Funções	29,1	39,1	26,1	40,0	28,0	36,0
Noções Básicas de Língua Estrangeira	10,5	14,6	12,0	26,8	20,9	34,3
Outras	1,0	1,2	1,1	2,6	0,6	3,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades em que a carência prejudica a maioria dos empregados, e não ao número de empregados com tal carência.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

A indicação dessas carências sugere que há oportunidades para as escolas técnicas federais e estaduais ampliarem sua oferta de serviços de atualização/requalificação profissionais, o que exigiria maior aproximação entre as escolas de educação profissional e as empresas. A Paer indica que 80% das unidades locais no Estado não realizam contratação de profissionais junto às escolas técnicas. A utilização das escolas para a atualização de profissionais é mais freqüente no caso das escolas federais e do sistema S do que no caso das escolas estaduais.

Tabela 25

Proporção de Unidades Locais da Indústria, por Categoria de Qualificação, segundo Instrumento de Seleção Estado da Bahia 1998

Em porcentagem

Instrumentos de Seleção	Pessoal Ligado à Produção				Pessoal Administrativo		
	Semiqua- lificado	Qualifica- do	Técnico de Nível Médio	Nível Superior	Básico	Técnico de Nível Médio	Nível Superior
Análise de Currículo	46,4	65,6	81,1	83,9	80,7	86,7	87,2
Teste de Conhecimento Prático	60,4	71,4	75,7	67,9	67,2	71,0	59,3
Teste de Conhecimento Teórico	25,6	41,0	58,3	49,4	48,0	56,9	55,0
Entrevista com Contratante	83,6	86,5	92,5	94,4	89,4	93,4	89,7
Avaliação com Psicólogos	16,6	19,5	32,4	41,5	19,9	27,9	35,5
Recomendação/Indicação	67,2	67,0	60,3	58,2	66,2	63,1	61,6
Outro	7,0	6,6	8,0	9,3	6,2	7,4	8,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

O processo de seleção efetuado pelas unidades locais aponta, em todas as categorias de qualificação, a entrevista como o instrumento de seleção mais

utilizado. A recomendação/indicação é usada pela maioria das unidades (em torno de 60%), em todas as categorias de qualificação. Para o pessoal semiqualficado ligado à produção, é o segundo instrumento mais utilizado. A análise de currículo alcança mais de 80% das unidades (que empregam em torno de 90% do pessoal ocupado) nas categorias técnicas e de nível superior, sendo também muito utilizada para o pessoal administrativo básico.

A ocorrência de treinamento no posto de trabalho, para o pessoal ligado à produção, é uma prática comum nas unidades industriais da Bahia, sendo mais freqüente para os técnicos de nível médio e de nível superior. Para o pessoal administrativo, esse treinamento ocorre numa proporção menor do que para o pessoal ligado à produção, também com maior oferta para os técnicos de nível médio e de nível superior.

Tabela 26

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) Ligado à Produção em Unidades Industriais com Ocorrência de Treinamento no Posto de Trabalho, por Categoria de Qualificação, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Em percentagem

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Pessoal Ligado à Produção							
	Semiquualificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	55,6	64,6	61,0	73,5	67,9	91,9	65,9	82,3
Bens de Consumo Não-Duráveis	57,8	60,4	60,5	68,1	63,2	86,6	67,9	62,9
Alimentos e Bebidas	65,7	65,6	67,9	71,5	80,2	91,6	68,8	58,4
Têxteis	77,8	86,2	79,0	95,8	76,5	97,3	80,0	93,9
Vestuário	50,2	51,2	60,3	40,3	23,0	18,9	86,2	89,3
Couro e Calçados	71,4	93,8	58,3	91,4	55,6	91,6	100,0	100,0
Edição e Impressão	38,2	40,8	43,1	77,6	38,8	53,8	60,0	65,5
Móveis	42,3	59,3	33,3	27,9	36,4	45,0	25,0	16,7
Demais	0,0	0,0	33,3	1,6	33,3	16,0	0,0	0,0
Bens Intermediários	53,8	66,5	60,1	77,3	71,0	94,6	64,6	88,6
Extração de Minérios Não-Metálicos	48,6	56,8	62,4	70,6	42,4	54,4	38,5	65,7
Madeira	20,7	16,2	22,4	15,3	50,0	83,3		
Papel e Celulose	60,0	89,0	66,7	82,6	77,8	97,0	66,7	91,1
Borracha e Plástico	77,2	81,6	71,6	68,3	65,5	76,7	60,7	56,5
Minerais Não-Metálicos	35,5	53,4	40,8	69,5	51,2	78,9	41,9	60,4
Metalurgia	72,7	86,6	90,9	99,7	100,0	100,0	71,4	96,9
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	55,0	64,5	52,2	57,4	58,8	81,4	55,6	45,5
Química e Combustíveis	80,7	65,6	85,8	84,0	89,0	96,6	80,9	92,2
Demais	75,0	68,9	81,8	95,9	100,0	100,0	81,8	91,5
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	55,9	83,4	70,3	89,8	69,0	87,4	66,7	94,3
Ap. Elétricos, Eletrôn., Comun., Precisão e Automação Ind. Automobilísticos e Equip. de Transporte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	85,7	98,9
Demais	43,8	62,0	60,0	80,6	66,7	96,2	50,0	88,9
Demais	45,5	83,9	64,3	85,9	50,0	44,7	55,6	87,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com ocorrência de treinamento no posto de trabalho, e não ao número de pessoas treinadas

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Tabela 27

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) Administrativo em Unidades Industriais com Ocorrência de Treinamento no Posto de Trabalho, por Categoria de Qualificação, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Pessoal Administrativo					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	50,9	69,5	55,2	85,4	55,7	82,7
Bens de Consumo Não-Duráveis	52,8	69,1	53,6	84,1	50,3	83,7
Alimentos e Bebidas	62,2	74,9	61,8	90,6	56,2	88,0
Têxteis	57,1	80,5	79,0	89,3	76,9	92,5
Vestuário	42,2	33,6	24,0	42,4	26,5	35,7
Couro e Calçados	66,7	92,6	25,0	17,7	50,0	70,0
Edição e Impressão	31,2	58,9	40,4	68,3	45,4	88,1
Móveis	40,0	51,2	47,6	72,7	33,3	62,5
Demais	33,3	23,5	50,0	24,1	50,0	27,3
Bens Intermediários	48,6	68,4	55,5	86,7	58,9	81,8
Extração de Minérios Não-Metálicos	41,9	70,7	48,4	76,7	41,6	53,4
Madeira	13,7	10,2	27,4	24,3	20,0	14,3
Papel e Celulose	71,4	96,5	87,5	99,1	66,7	86,2
Borracha e Plástico	47,1	39,0	46,9	75,3	39,3	53,0
Minerais Não-Metálicos	28,9	46,8	31,4	55,4	47,5	61,8
Metalurgia	80,0	99,0	87,5	99,6	70,0	90,1
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	52,4	73,8	45,0	52,4	53,9	67,7
Química e Combustíveis	72,9	79,8	79,3	93,3	77,7	88,1
Demais	70,0	44,9	100,0	100,0	85,7	88,6
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	56,7	81,4	63,3	83,8	63,0	83,7
Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Comun., Precisão e Automação Ind., Precisão	100,0	100,0	87,5	85,0	75,0	86,2
Automobilísticos e Equip. de Transporte	46,2	70,8	50,0	83,9	42,9	73,3
Demais	50,0	63,0	58,3	82,4	66,7	87,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com ocorrência de treinamento no posto de trabalho, e não ao número de pessoas treinadas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Os treinamentos fora do posto de trabalho são oferecidos por mais de 40% das unidades. A oferta desse treinamento varia conforme a divisão da indústria e categoria de uso, sendo mais comum nas unidades produtoras de bens de capital e de consumo duráveis (55%).

Tabela 28

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades Industriais com Ocorrência de Treinamento Fora do Posto de Trabalho, segundo Categoria de Uso e Atividade Seleccionada
Estado da Bahia
1998

Categorias de Uso e Atividades Seleccionadas	Em porcentagem	
	Ofereceram Treinamento	
	UL	PO
Total	41,4	54,9
Bens de Consumo Não-Duráveis	41,9	54,0
Alimentos e Bebidas	51,9	50,7
Têxteis	40,9	92,0
Vestuário	27,0	22,8
Couro e Calçados	35,7	77,8
Edição e Impressão	53,0	70,2
Móveis	13,8	16,7
Demais	60,0	82,4
Bens Intermediários	39,2	53,5
Extração de Minérios Não-Metálicos	32,7	15,6
Madeira	7,5	15,3
Papel e Celulose	58,3	94,7
Borracha e Plástico	47,3	59,1
Minerais Não-Metálicos	19,1	33,3
Metalurgia	45,5	62,0
Produtos de Metal (Exceto Máq. e Equip.)	36,0	41,3
Química e Combustíveis	65,6	63,3
Demais	81,8	93,9
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	55,0	73,4
Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Comun., Precisão e Automação Ind.	75,0	94,2
Automobilística e Equip. de Transporte	52,9	79,2
Demais	46,7	35,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em unidades com ocorrência de treinamento fora do posto de trabalho, e não ao número de pessoas treinadas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Os cursos oferecidos em maior número para o pessoal ligado à produção são os de controle de qualidade, cursos específicos de curta duração, de segurança e higiene no trabalho e de operação e manuseio de máquinas e equipamentos. A categoria semiquilificados é aquela com a menor oferta de cursos fora do posto de trabalho.

Tabela 29

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) Ligado à Produção em Unidades Industriais com Ocorrência de Treinamento Fora do Posto de Trabalho, por Categoria de Qualificação, segundo Tipo de Treinamento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Treinamento	Pessoal Ligado à Produção							
	Semiqualificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Métodos e Técnicas Gerenciais	1,5	4,4	6,2	11,2	9,7	28,3	15,0	57,3
Cursos de Controle de Qualidade	11,1	17,2	17,7	28,3	19,9	65,4	18,9	61,6
Cursos de Língua Estrangeira	0,5	1,2	2,3	4,4	4,5	35,8	11,1	41,8
Cursos de Relações Humanas	9,6	13,4	14,1	20,9	13,6	43,9	14,9	55,1
Cursos de Informática	3,6	8,5	8,8	17,0	14,9	57,8	13,8	59,0
Cursos Específicos de Curta Duração	14,8	16,4	20,2	30,9	19,3	56,8	17,9	60,0
Segurança e Higiene no Trabalho	19,5	31,0	23,5	37,0	20,6	65,2	18,6	61,8
Oper. e Manuseio de Máq. e Equip.	15,3	23,0	24,1	39,3	19,0	64,9	12,6	42,0
Operação de Processos	9,4	15,6	13,3	27,0	16,5	63,4	12,1	46,8
Outros	1,4	1,9	1,6	1,1	1,1	2,2	0,9	3,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em unidades com ocorrência de treinamento fora do posto de trabalho, e não ao número de pessoas treinadas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Para o pessoal administrativo, os cursos fora do posto de trabalho mais oferecidos são: informática, específicos de curta duração e segurança e higiene no trabalho; dos cursos de métodos e técnicas gerenciais, de controle de qualidade e de relações humanas (principalmente para o pessoal técnico e de nível superior).

Tabela 30

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Administrativo Ocupado (1) em Unidades Industriais com Ocorrência de Treinamento Fora do Posto de Trabalho, por Categoria de Qualificação, segundo Tipo de Treinamento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Treinamento	Pessoal Administrativo					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Métodos e Técnicas Gerenciais	7,6	13,3	13,7	26,9	19,5	51,4
Cursos de Controle de Qualidade	9,8	13,6	15,3	39,1	17,2	47,5
Cursos de Língua Estrangeira	3,8	5,9	6,4	25,5	11,9	42,5
Cursos de Relações Humanas	14,4	24,4	18,2	40,7	16,1	39,8
Cursos de Informática	20,9	35,7	21,9	55,7	20,0	58,2
Cursos Específicos de Curta Duração	18,4	29,4	20,8	49,1	20,7	51,0
Segurança e Higiene no Trabalho	16,7	24,2	18,3	46,8	19,9	54,4
Oper. e Manuseio de Máq. e Equip.	6,4	5,9	7,6	16,4	7,5	17,3
Operação de Processos	5,0	7,5	5,7	17,0	6,3	17,7
Outros	2,0	2,3	0,7	1,0	0,9	5,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades com ocorrência de treinamento fora do posto de trabalho, e não ao número de pessoas treinadas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

O relacionamento mais comum entre as unidades locais e as escolas de educação profissional ocorre através do fornecimento de mão-de-obra, tanto

dos alunos das escolas que fazem estágios nas unidades (27%), quanto o recrutamento de profissionais pelas unidades em escolas profissionalizantes (21%). Seguem, em número de respostas, as unidades que treinam seus funcionários nas escolas profissionalizantes (12%) e as unidades que contratam serviços técnicos especializados nas escolas (9%).

Tabela 31

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado (1), por Categoria de Uso, segundo Tipo de Relacionamento com as Escolas de Educação Profissional
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Relacionamento	Categorias de Uso							
	Bens de Consumo Não Duráveis		Bens Intermediários		Bens de Capital e de Consumo Duráveis		Total	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Recruta Profissionais em Escola Prof.	14,5	26,5	25,1	46,4	32,5	34,8	21,0	36,5
Contrata Serviços Técnicos Especializados nas Escolas	7,2	10,4	9,5	14,4	17,5	33,7	9,0	13,8
Alunos da Esc. Fazem Estágio na UL	19,6	38,8	32,3	54,7	37,5	50,2	27,2	47,1
Prof. da Esc. Fazem Estágio na UL	3,2	2,1	1,5	0,7	2,5	10,3	2,3	1,9
Prof. da Esc. Participam de Projetos	7,4	11,1	4,0	6,4	5,0	6,0	5,5	8,5
Treina. de Funcionários nas Escolas	12,3	18,0	10,3	21,2	25,0	45,4	12,1	21,3
Participa na Definição do Currículo das Escolas	3,9	5,6	5,1	12,1	5,0	3,5	4,6	8,6
Fornece Equip./Insumos p/ Escolas	2,4	8,2	3,0	9,3	5,0	23,8	2,9	9,7
Auxílio Financeiro p/ Escolas	2,1	2,1	2,6	2,9	0,0	0,0	2,2	2,3

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades que se relacionam com as escolas.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Verifica-se que das unidades que recrutaram profissionais em escolas de educação profissional, 13% o fazem nas escolas técnicas federais. O relacionamento com as escolas do Sistema S e Sebrae dá-se principalmente no treinamento de funcionários e também no recrutamento de profissionais (7% em ambos).

Tabela 32

Proporção de Unidades Locais da Indústria que se Relacionam com as Escolas de Educação Profissional, por Tipo de Escola, segundo Tipo de Relacionamento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Relacionamento	Tipos de Escola					
	Federal	Estadual	Sistema S e Sebrae	Municipal	Outros	Não Têm Relacionamento
Recruta Profissionais em Escola Prof. Contrata Serviços Técnicos Especializados nas Escolas	13,0	4,6	6,8	0,9	2,3	79,0
Alunos da Esc. Fazem Estágio na UL	11,6	7,3	3,0	1,2	2,7	72,8
Prof. da Esc. Fazem Estágio na UL	0,9	0,2	0,6	0,0	0,5	97,7
Prof. da Esc. Participam de Projetos	2,1	0,0	3,1	0,2	0,2	94,5
Trein. de Funcionários nas Escolas	3,4	0,9	6,9	0,2	0,3	87,9
Participa na Definição do Currículo das Escolas	1,8	0,5	2,0	0,0	0,0	95,4
Fornece Equip./Insumos p/ Escolas	1,8	0,0	0,8	0,3	0,0	97,1
Auxílio Financeiro p/ Escolas	0,5	0,0	1,0	0,8	0,0	97,8

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

Tabela 33

Proporção de Pessoal Ocupado (1) nas Unidades da Indústria que se Relacionam com as Escolas de Educação Profissional, por Tipo de Escola, segundo Tipo de Relacionamento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Relacionamento	Tipos de Escola					
	Escola Técnica Federal	Escola Técnica Estadual	Sistema S e Sebrae	Municipal	Outros	Não Têm Relacionamento
Recruta Profissionais em Escola Prof. Contrata Serviços Técnicos Especializados nas Escolas	28,2	12,7	9,3	1,5	3,5	63,5
Alunos da Esc. Fazem Estágio na UL	25,2	10,9	3,4	1,9	3,3	52,9
Prof. da Esc. Fazem Estágio na UL	0,5	0,6	0,4	0,0	0,3	98,1
Prof. da Esc. Participam de Projetos	3,1	0,0	5,1	0,0	0,3	91,5
Trein. de Funcionários nas Escolas	6,2	1,8	11,1	0,1	1,8	78,7
Participa na Definição do Currículo das Escolas	5,0	0,9	2,2	0,0	0,0	91,5
Fornece Equip./Insumos p/ Escolas	5,3	0,0	1,4	3,0	0,0	90,3
Auxílio Financeiro p/ Escolas	0,7	0,0	1,3	0,4	0,0	97,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades que se relacionam com as escolas.

Ao analisar as escolas técnicas, cujos alunos são privilegiados na contratação, percebe-se a preferência pelos alunos do Senai, para um número maior de unidades (23% das unidades, que correspondem a 33% do pessoal ocupado).

Tabela 34

Proporção de Unidades Locais da Indústria e de Pessoal Ocupado (1), em Unidades que Privilegiam Egressos de Escolas de Educação Profissional no Processo de Contratação, por Categoria de Uso, segundo Tipo Estado da Bahia 1998

Em porcentagem

Tipos de Escolas	Bens de Consumo Não-Duráveis		Bens Intermediários		Bens de Capital e Consumo Duráveis		Total	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Técnicas Federais	11,3	24,8	24,6	47,6	32,5	50,3	19,4	37,4
Técnicas Estaduais	11,0	19,2	8,6	14,6	10,0	8,2	9,7	16,3
Técnicas Municipais	3,1	11,7	5,2	6,4	2,5	5,4	4,1	8,8
Senac	6,1	5,4	8,4	10,1	12,5	19,1	7,7	8,5
Sesi	12,5	11,6	9,4	10,6	17,5	36,2	11,2	12,7
Senai	18,9	27,5	24,8	37,4	40,0	43,6	23,2	33,2
Outras	5,0	6,3	8,9	10,1	7,5	21,6	7,2	9,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em unidades que privilegiam as escolas no processo de contratação.

Nota: Proporção de casos afirmativos sobre o total de casos.

SERVIÇOS

A Paer pesquisou unidades locais com mais de 20 empregados de nove segmentos do setor serviços no Estado da Bahia – serviços técnicos prestados às empresas, comunicação, atividades de informática e conexas, alojamento e alimentação, transporte, manutenção e reparação, saúde, produção, distribuição e instalações de energia elétrica, gás e água e telecomunicações; ao todo foram 1.007 unidades, com 95.765 pessoas ocupadas.

Ao se caracterizar a estrutura do setor serviços do Estado da Bahia, os segmentos saúde e transporte são os mais expressivos, tanto no que diz respeito ao pessoal ocupado, quanto ao número de unidades locais. Segue em importância de número de empregados os segmentos de energia elétrica, gás e água e o de alojamento e alimentação.

Tabela 35
Distribuição de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado
do Setor Serviços, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Segmentos	Unidades Locais		Pessoal Ocupado	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Total	1.007	100,0	95.765	100,0
Serviços Técnicos às Empresas	61	6,0	4.939	5,2
Comunicação	40	4,0	1.890	2,0
Atividades de Informática	27	2,7	2.705	2,8
Alojamento e Alimentação	203	20,1	12.432	13,0
Transporte	250	24,9	32.378	33,8
Manutenção e Reparação	21	2,0	833	0,9
Saúde	287	28,5	23.559	24,6
Energia Elétrica, Gás e Água	93	9,2	11.543	12,1
Telecomunicações	25	2,5	5.486	5,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Posição em 31/12/1998.

Na Região Metropolitana de Salvador estão instaladas 55% das unidades locais responsáveis por 64% do total do pessoal ocupado. Excetuado o segmento saúde, que tem pouco mais da metade de suas unidades locais e de seu pessoal ocupado fora da Região Metropolitana de Salvador, os demais segmentos têm a maioria de seu pessoal ocupado concentrado nessa Região.

Tabela 36
Distribuição Regional das Unidades Locais e de Pessoal Ocupado
do Setor Serviços, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Segmentos	Em porcentagem					
	Salvador		Orla Sul baiana		Interior do Estado	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	54,9	64,3	16,5	13,1	28,6	22,6
Serviços Técnicos às Empresas	82,3	70,2	3,3	0,9	14,4	28,8
Comunicação	72,8	71,7	4,9	7,0	22,3	21,3
Atividades de Informática	100,0	100,0	-	-	-	-
Alojamento e Alimentação	55,2	60,9	25,1	25,3	19,7	13,8
Transporte	54,5	68,0	18,0	13,4	27,5	18,6
Manutenção e Reparação	75,6	57,2	9,8	10,0	14,6	32,9
Saúde	43,1	48,4	17,1	16,1	39,8	35,6
Energia Elétrica, Gás e Água	48,4	67,9	11,8	6,2	39,8	25,9
Telecomunicações	56,0	86,1	16,0	5,7	28,0	8,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

As informações sugerem que as decisões envolvendo a oferta de educação profissional na Bahia devem levar em consideração, de um lado, a dispersão geográfica de alguns segmentos pelo Interior do Estado e pela Orla Sul Baiana, (saúde e energia elétrica, gás e água), e, de outro lado, o elevado grau de concentração de parte desses segmentos em algumas regiões (atividades de informática na Região Metropolitana de Salvador). É preciso considerar também a expressividade dos segmentos que absorvem a maior parte do pessoal ocupado, como os segmentos transporte e saúde.

Ao se avaliar o porte das unidades prestadoras de serviços, constata-se que 58% delas têm entre 20 e 49 empregados e são responsáveis por apenas 20% do pessoal ocupado, enquanto que 21% delas têm 100 ou mais empregados e empregam 65% do pessoal ocupado do setor.

Tabela 37

Distribuição de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado do Setor Serviços,
por Faixas de Pessoal Ocupado, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Segmentos	Faixas de Pessoal Ocupado							
	20 – 29 (1)		30 – 49		50 – 99		100 e mais	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	26,6	6,8	31,5	12,7	21,1	15,0	20,8	65,4
Serviços Técnicos às Empresas	30,7	9,3	32,9	14,6	15,0	12,6	21,4	63,5
Comunicação	33,1	17,9	47,7	41,5	16,8	27,5	2,5	13,2
Atividades de Informática	21,3	5,1	42,6	15,2	9,0	6,8	27,2	72,9
Alojamento e Alimentação	31,0	12,4	36,3	23,5	19,6	22,0	13,2	42,1
Transporte	22,6	4,2	24,8	7,4	23,4	11,9	29,2	76,6
Manutenção e Reparação	53,0	30,0	30,4	29,6	11,8	20,2	4,9	20,3
Saúde	23,5	7,0	32,2	14,9	24,9	20,5	19,4	57,6
Energia Elétrica, Gás e Água	25,2	5,0	31,5	9,6	21,0	11,2	22,4	74,2
Telecomunicações	36,0	3,9	12,0	2,2	8,0	3,3	44,0	90,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Quanto ao uso de tecnologias modernas nas unidades locais do setor serviços, constatou-se a presença de computadores em 92% das unidades. Nos segmentos serviços técnicos às empresas, atividades de informática, comunicação, energia elétrica, gás e água e telecomunicações todas as unidades utilizavam computadores. Embora a densidade média de trabalhadores por computador, para o conjunto do setor serviços, seja de 6,8 pessoas por equipamento, há variações conforme o segmento examinado. Assim, se no segmento de atividades de informática é de 1,8, no de comunicação é de 2,1, no de telecomunicações é de 2,5, no de serviços técnicos às empresas é de 3, no de energia elétrica, gás e água é de 4,8; nos demais, foi sempre superior à média apurada para todo o setor serviços.

Em que pese o fato da introdução da microinformática ser relativamente recente no país, pode-se concluir que o uso dessa tecnologia nos ambientes profissionais já está bastante disseminado e tende a ser cada vez mais amplo e intensivo, apesar das diferenças verificadas na disponibilidade de equipamentos para os trabalhadores. Esse indicador sugere que os programas de educação profissional não devem ignorar a necessidade de incorporar, em suas estruturas, componentes curriculares que tratem dos conceitos básicos de informática e que devem incluir as aplicações de programas específicos desenvolvidos para cada um dos segmentos do setor serviços, tais como aqueles voltados ao controle de estoques, a reservas em hotéis e em companhias de transporte aéreo, dentre outros.

Tabela 38

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Utilizam Microcomputadores, Rede Interna e Internet, segundo Segmento Estado da Bahia 1998

Segmentos	Uso de Computadores (2)		PO/Computador	Uso de Rede Interna (3)		Uso de Internet (4)	
	UL %	PO %		UL %	PO %	UL %	PO %
Total	91,6	95,9	6,8	64,6	70,2	60,0	71,8
Serviços Técnicos às Empresas	100,0	100,0	3,0	71,3	75,2	73,9	82,7
Comunicação	100,0	100,0	2,1	80,3	85,5	95,2	97,2
Atividades de Informática	100,0	100,0	1,8	94,7	98,0	94,7	98,2
Alojamento e Alimentação	77,9	88,4	10,6	60,6	70,7	69,8	74,6
Transporte	92,9	96,3	17,0	58,5	66,9	51,8	66,1
Manutenção e Reparação	81,4	90,5	10,1	66,2	72,5	22,9	16,2
Saúde	93,6	94,8	8,0	60,7	62,8	42,8	57,1
Energia Elétrica, Gás e Água	100,0	100,0	4,8	68,4	71,6	73,8	87,7
Telecomunicações	100,0	100,0	2,5	96,0	91,6	100,0	100,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado.

(2) Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de casos.

(3) Rede Interna refere-se à interconexão de dois ou mais microcomputadores dentro das unidades ou destas com outras unidades da mesma empresa. A informação refere-se à proporção de respostas afirmativas em relação ao total que faz uso de computadores.

(4) Proporção de respostas afirmativas em relação ao total que faz uso de computadores.

Com relação às estratégias de gestão adotadas nas unidades locais pesquisadas, a maior parte atribui grande importância à informatização das atividades administrativas e operacionais, além da ampliação da capacidade de atendimento e da variedade de serviços.

Esta informação reitera a importância de nova leitura do ensino da informática em programas de educação profissional; já não se trata de oferecer apenas a compreensão dos sistemas operacionais e de aplicativos voltados ao processamento de textos, à elaboração de planilhas eletrônicas ou ao processamento de informações contidas em bancos de dados, ou seja, programas que dão conta das necessidades mais gerais de gestão administrativa das unidades. É preciso desenvolver competências relacionadas ao uso de aplicativos especialmente desenvolvidos para a atividade objeto dos cursos em que os alunos estão matriculados.

As estratégias de gestão adotadas indicam bom potencial de intervenção para as instituições de educação profissional, à medida que as unidades afirmaram pretender ampliar o atendimento e a variedade dos serviços oferecidos. Isto pressupõe aumentar o contingente de trabalhadores e diversificar suas competências.

Tabela 39

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Utilizaram Estratégias de Gestão, no Período 1996-98, segundo Tipo de Estratégia Estado da Bahia 1998

Estratégias de Gestão	Em porcentagem	
	UL	PO
Redução da Variedade de Serviços	12,0	10,0
Ampliação da Variedade de Serviços	68,4	64,5
Redução da Capacidade de Atendimento	9,7	7,7
Ampliação da Capacidade de Atendimento	71,4	75,3
Informatização das Atividades Operacionais	75,0	83,5
Informatização das Atividades Administrativas	84,5	89,9
Redução do Número de Empregados	30,1	37,2
Aumento do Número de Empregados	48,3	46,0
Terceirização de Atividades	32,0	34,8

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

Outra informação relevante diz respeito à composição da clientela das unidades. Para 42% das unidades locais, responsáveis por 49% do pessoal ocupado no setor, os clientes são predominantemente indivíduos; e para 27% das unidades, responsáveis por 23% do pessoal ocupado são indivíduos e empresas, na mesma proporção.

A importância desses dados reflete uma das principais características do setor serviços, a de ser fortemente marcado pelo estabelecimento de relações diretas e estreitas entre o trabalhador e seu cliente. Tal característica potencializa a importância que têm as competências atitudinais esperadas dos profissionais do setor serviços e que devem também ser objeto da atenção das instituições de educação profissional quando planejam seus currículos. A relevância desse indicador poderá confirmar-se quando da exploração das informações relativas às carências dos trabalhadores apontadas pelas unidades e das suas expectativas com relação a algumas competências profissionais de seus funcionários.

Tabela 40
Distribuição de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado
do Setor Serviços, segundo Composição da Clientela
Estado da Bahia
1998

Tipo de Clientela	Em porcentagem	
	UL	PO
Somente Empresas	9,3	11,8
Predominantemente Empresas	21,7	16,1
Indivíduos e Empresas em Partes Iguais	26,7	23,0
Predominantemente Indivíduos	42,4	49,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

No que diz respeito às iniciativas empreendidas para implementar programas de qualidade ou produtividade, ou para obter o certificado ISO 9000, observa-se que 41% aderiram à implantação de programas de qualidade e produtividade; já a obtenção do certificado ISO 9000 ocorreu em apenas 7%.

Os segmentos que lideram a implantação de programas de qualidade e produtividade são os de telecomunicações, serviços técnicos às empresas, energia elétrica, gás e água, transporte e atividades de informática; os demais segmentos apresentaram índices de adesão aos programas inferiores à média apurada para o conjunto do setor serviços.

Dentre as unidades que obtiveram o certificado ISO 9000, destacam-se sobretudo as de telecomunicações (32% das unidades) e de atividades de informática (29%). Todos os demais segmentos apresentaram índices de obtenção de certificados ISO 9000 inferiores à média.

Embora os percentuais de adesão a essas estratégias de gestão possam ser considerados relativamente baixos para alguns dos segmentos pesquisados, sua generalização parece inegável, já que qualidade e produtividade são requisitos indispensáveis para garantir a competitividade. Assim, cabe àqueles que planejam currículos de educação profissional introduzir nos programas oferecidos componentes curriculares que tratem dessas questões; uma forma de dar início a esta prática poderia ser através dos cursos voltados à qualificação de trabalhadores nos segmentos que já valorizam tais questões.

Tabela 41

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Realizam Esforços Internos para Implantação de Programas de Qualidade e Produtividade e Unidades Locais que Obtiveram Certificado ISO 9000, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Segmentos	Em porcentagem			
	Tipos de Estratégia de Gestão			
	Implantação de Prog. de Qualidade e Produtividade		Certificado ISO 9000	
	UL	PO	UL	PO
Total	41,1	51,2	7,1	11,2
Serviços Técnicos às Empresas	55,6	63,6	11,7	6,9
Comunicação	38,3	39,1	0,0	0,0
Atividades de Informática	43,2	60,4	28,6	28,4
Alojamento e Alimentação	37,3	49,0	7,3	23,5
Transporte	45,8	41,6	7,4	5,9
Manutenção e Reparação	25,5	40,4	0,0	0,0
Saúde	32,6	45,0	2,1	1,2
Energia Elétrica, Gás e Água	49,6	76,7	10,6	11,3
Telecomunicações	77,3	76,9	31,8	60,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

A intenção de investimento no próximo triênio foi manifestada por 63% das unidades. Entre os segmentos que demonstraram maior propensão de investimento, destacam-se energia elétrica, gás e água, telecomunicações, manutenção e reparação, alojamento e alimentação e transporte.

Tabela 42

Proporção de Unidades Locais e do Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Pertencem a Empresas que Pretendem Investir na Mesma Atividade Econômica nos Próximos Três Anos (1999 - 2001), por Local de Investimento, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Segmentos	Em porcentagem					
	Intenção de Investimento		Local de Investimento			
	UL	PO	Mesmo Município		Outro Município	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	62,8	66,3	96,4	96,6	13,7	11,2
Serviços Técnicos às Empresas	38,9	38,3	100,0	100,0	14,9	6,7
Comunicação	54,6	46,9	91,4	93,6	13,1	11,6
Atividades de Informática	44,8	62,6	100,0	100,0	40,0	25,5
Alojamento e Alimentação	70,5	70,5	89,6	83,0	18,6	23,7
Transporte	69,3	63,6	98,4	99,3	15,6	7,4
Manutenção e Reparação	74,5	71,7	93,5	71,7	15,8	42,2
Saúde	52,1	61,2	99,3	98,1	2,6	3,0
Energia Elétrica, Gás e Água	80,1	87,5	98,7	99,3	16,3	13,3
Telecomunicações	76,0	83,0	100,0	100,0	15,8	18,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção de respostas afirmativas sobre o total de casos.

Entre as unidades que manifestaram intenção de investir, 85% pretendem adquirir equipamentos de informática e de telecomunicações. Outro

investimento considerado importante são os programas de treinamento de mão-de-obra.

Entre os segmentos que lideram a intenção de investir na oferta de treinamento a seus funcionários destacam-se: telecomunicações (95% das unidades, responsáveis por 99,6% do pessoal ocupado), energia elétrica, gás e água (89% das unidades, responsáveis por 93% do pessoal ocupado), saúde (86% das unidades, responsáveis por 90% do pessoal ocupado), manutenção e reparação (80% das unidades, responsáveis por 87% do pessoal ocupado) e atividades de informática (80% das unidades, responsáveis por 91% do pessoal ocupado).

Tabela 43

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Pertencem a Empresas que Pretendem Investir no Mesmo Município, nos Próximos Três Anos (1999-2001), por Tipo de Investimento, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Segmentos	Tipo de Investimento Pretendido											
	Ampliação do Espaço Físico		Abertura ou Ampliação de Outras Unidades		Aquisição de Equip. de Inform./Telec.		Aquisição de Máq. e/ou Equip. (exc. Inf./Tel.)		Aquisição de Marcas e Patentes		Programas de Treinam. de Mão-de-Obra	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	53,0	47,2	28,3	27,4	84,7	84,6	69,1	68,6	12,0	7,2	77,1	81,3
Serviços Téc. às Empresas	46,3	55,0	17,7	22,2	100,0	100,0	95,8	86,3	10,1	4,0	75,7	78,5
Comunicação	61,9	56,7	33,2	31,1	81,2	83,1	81,2	87,7	14,4	12,3	76,2	72,6
Atividades de Informática	60,0	82,5	40,0	49,3	100,0	100,0	40,0	47,1	11,9	2,7	80,0	90,7
Alojamento e Alimentação	47,7	54,6	35,4	32,7	74,2	67,9	47,6	44,0	21,0	13,0	58,8	64,6
Transporte	42,7	32,3	24,7	21,5	83,0	76,6	62,2	65,1	5,6	8,3	75,7	71,2
Manutenção e Reparação	66,2	54,3	33,8	40,1	90,1	93,1	90,1	80,6	9,9	6,9	80,3	86,9
Saúde	79,0	78,0	31,5	39,4	87,1	88,5	81,8	69,9	16,0	9,7	86,0	89,6
Energia Elétrica, Gás e Água	34,8	26,0	16,1	12,5	90,6	94,4	82,7	82,1	6,7	2,0	89,4	92,7
Telecomunicações	31,6	35,4	31,6	33,6	100,0	100,0	79,0	84,2	0,0	0,0	94,7	99,6

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção de unidades entre as que pretendem fazer algum investimento.

No setor serviços, o objetivo que norteia os investimentos na quase totalidade das unidades locais é o de melhoria da qualidade dos serviços, seguido do objetivo de ampliação da capacidade de atendimento e melhoria da eficiência. Oferecer novos serviços foi o objetivo que menos se destacou no setor.

A importância que as empresas atribuem ao desenvolvimento profissional de seus funcionários, a segunda prioridade entre os planos de investimentos, é um claro indicador da importância estratégica que podem vir a ter as instituições de

educação profissional que se dispuserem a afinar os seus instrumentos de diagnóstico de necessidades de treinamento e se dispuserem a trabalhar também com o universo composto pelos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho. Esta concepção ampliada da missão e dos objetivos das instituições de educação profissional, de atender também as necessidades dos trabalhadores vinculados às empresas e não apenas daqueles que as procuram isoladamente, pode contribuir sobremaneira para que as instituições de educação profissional estreitem seus laços com a estrutura produtiva.

A Paer investigou também as características dos recursos humanos das empresas pesquisadas. Constatou-se, inicialmente, que mais da metade (57%) dos trabalhadores do setor serviços, ligados à atividade principal, fazem parte da categoria de trabalhadores qualificados; os demais se distribuem entre as categorias técnicos de nível médio (16%), semiqualeificados (13%), profissionais de nível superior (9%) e braçais (5%).

Os segmentos que apresentam os níveis mais elevados de qualificação de seus trabalhadores ligados à atividade principal, ou seja, que concentram a maior parte de seus assalariados nas categorias de qualificação ocupacional de técnicos de nível médio e de profissionais de nível superior são os de telecomunicações (14% de profissionais de nível superior e 50% técnicos de nível médio), o de atividades de informática (31% e 32% respectivamente), o de serviços técnicos às empresas (26% e 31%), o de comunicação (31% e 14%) e o de saúde (19% e 17%). Eletricidade, Gás e Água concentra trabalhadores em atividades que exigem grande proporção de técnicos de nível médio e de trabalhadores qualificados (34% e 43% respectivamente). O segmento saúde, no qual 42% dos trabalhadores são da categoria qualificados, é o que apresenta o maior contingente de trabalhadores nas três categorias de qualificação ocupacional mais elevadas (trabalhadores qualificados, técnicos de nível médio e profissionais de nível superior).

Os segmentos que apresentam trabalhadores menos qualificados são os de alojamento e alimentação (apenas 0,7% de seus trabalhadores são profissionais de nível superior e 6% são técnicos de nível médio) e o de transporte (0,7% e 5% respectivamente). No segmento de alojamento e

alimentação, 43% dos trabalhadores são semiqualeificados e 6% trabalhadores braçais

Tabela 44

Distribuição de Pessoal Ocupado Assalariado Ligado à Atividade Principal do Setor Serviços, por Categorias de Qualificação, segundo Segmento Estado da Bahia 1998

Segmentos	Pessoal Ocupado Assalariado Ligado à Atividade Principal					Total
	Braçal e de Menor Qualificação	Semiqualeificado	Qualificado	Técnico de Nível médio	Nível Superior	
Total	4,8	13,2	57,1	16,0	8,9	100,0
Serviços Técnicos às Empresas	6,1	5,7	30,7	31,3	26,4	100,0
Comunicação	1,3	6,4	46,8	14,2	31,4	100,0
Atividades de Informática	-	-	36,4	32,3	31,3	100,0
Alojamento e Alimentação	6,3	42,7	44,2	6,1	0,7	100,0
Transporte	3,1	7,0	84,0	5,2	0,7	100,0
Manutenção e Reparação	5,6	15,6	70,6	7,7	0,6	100,0
Saúde	7,7	13,3	42,5	17,4	19,1	100,0
Eletricidade, Gás e Água	5,4	10,1	43,2	33,6	7,8	100,0
Telecomunicações	3,3	6,9	25,8	49,7	14,4	100,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: A soma das parcelas pode não coincidir com o total devido a arredondamentos ocasionados na imputação. Posição em 31/12/1998.

Do pessoal alocado nas atividades administrativas do setor serviços, 47% do pessoal ocupado em todos os segmentos pesquisados, é de nível básico; os demais dividem-se entre o nível técnico (38%) e o nível superior (15%). Nos segmentos de eletricidade, gás e água e de telecomunicações, 68% e 52%, respectivamente, dos trabalhadores administrativos são técnicos de nível médio.

Tabela 45

Distribuição de Pessoal Ocupado Assalariado em Atividades Administrativas do Setor Serviços, por Categorias de Qualificação, segundo Segmento Estado da Bahia 1998

Segmentos	Pessoal Ocupado Assalariado em Atividades Administrativas			
	Básico	Técnico de Nível Médio	Nível Superior	Total
Total	47,1	37,9	15,0	100,0
Serviços Técnicos às Empresas	38,8	39,0	22,3	100,0
Comunicação	47,6	27,8	24,6	100,0
Atividades de Informática	27,3	41,8	30,6	100,0
Alojamento e Alimentação	51,6	33,1	15,2	100,0
Transporte	58,3	30,6	11,1	100,0
Manutenção e Reparação	44,5	38,3	17,1	100,0
Saúde	70,0	22,9	7,1	100,0
Eletricidade, Gás e Água	11,9	67,8	20,2	100,0
Telecomunicações	17,8	51,9	30,2	100,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Posição em 31/12/1998.

Com relação à escolaridade exigida para contratação de pessoal ligado à atividade principal nas unidades de serviços 48% exigem dos trabalhadores semiqualeificados a quarta série do ensino fundamental, e 30% o ensino fundamental completo; em relação aos trabalhadores qualificados, os pré-requisitos de escolaridade são mais elevados – 45% das unidades exigem o ensino médio completo e 37% o ensino fundamental completo. As expectativas de escolaridade são ainda mais elevadas quando se examinam os pré-requisitos exigidos aos candidatos a emprego do pessoal administrativo básico: 74% das unidades exigem o ensino médio completo.

O exame do grau de qualificação da força de trabalho dos vários segmentos do setor serviços e os requisitos de escolaridade estabelecidos pelos segmentos contratantes sugere que as instituições de educação profissional devem considerar a possibilidade de adequar seus próprios pré-requisitos de escolaridade para admissão nos programas que oferecem, sobretudo para os cursos de educação profissional de nível básico, aos praticados pelas unidades quando recrutam seus funcionários. Ao agir assim, além de estarem promovendo a adequação de um dos aspectos do perfil de seus alunos às práticas do mercado de trabalho, as instituições de educação profissional poderão usufruir da vantagem adicional de poder receber alunos com competências cognitivas e sociais mais desenvolvidas, que advêm de sua maior escolaridade, o que pode resultar em programas de educação profissional mais breves e eficazes.

Tabela 46

Distribuição de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) do Setor Serviços, por Categoria de Qualificação, segundo Escolaridade Exigida para Contratação
Estado da Bahia
1998

Nível de Escolaridade	Em porcentagem					
	Ligados à Atividade Principal				Administrativo Básico	
	Semiqualeificado		Qualificado		UL	PO
UL	PO	UL	PO			
Nenhum	11,3	9,9	3,0	2,7	2,0	1,2
Quarta Série do Fundamental	47,9	47,2	14,5	17,0	4,0	2,8
Ensino Fundamental Completo	30,0	37,2	37,0	37,3	18,5	21,2
Ensino Médio Completo	10,9	5,6	44,8	42,6	74,2	73,5
Educação Superior Incompleta	-	-	0,6	0,4	0,2	0,2
Educação Superior Completa	-	-	0,1	0,1	1,1	1,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado em cada categoria de qualificação das unidades que exigem determinada escolaridade, e não ao número de empregados com tal escolaridade.

Outra informação igualmente importante refere-se às expectativas dos empregadores em relação aos cursos profissionalizantes quando da contratação de funcionários.

No que diz respeito ao pessoal ocupado ligado à atividade principal, constata-se que, à exceção dos técnicos de nível médio e dos profissionais de nível superior, para os quais os requisitos de cursos profissionalizantes são naturalmente mais elevados em função da exigência de cursos de educação profissional de nível técnico ou de educação superior, a maior expectativa das unidades para os candidatos a emprego semiqualeificados e qualificados recai sobre os cursos profissionalizantes de curta duração.

O mesmo fenômeno aplica-se às exigências por cursos profissionalizantes, quando se examinam os pré-requisitos colocados aos candidatos a emprego na área administrativa; novamente, há uma preferência por cursos profissionalizantes de curta duração no nível básico, o que não ocorre com os técnicos de nível médio e com os profissionais de nível superior, para os quais os pré-requisitos são também mais elevados.

Tabela 47

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Exigem Cursos Profissionalizantes para Contratação do Pessoal ligado à Atividade Principal, por Categorias de Qualificação, segundo Tipo de Curso
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Curso	Pessoal Ocupado Ligado à Atividade Principal							
	Semiqualeificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Curso Prof. de Curta Duração	6,5	6,5	16,5	19,5	21,6	23,9	19,4	21,6
Curso Prof. – Básico	13,0	9,9	26,1	21,4	18,8	12,8	11,6	11,2
Habilit. Técnica c/ Nível Médio	4,8	3,2	21,2	19,4	65,4	78,2	32,0	31,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que exigem determinado curso, e não ao número de empregados com tal curso.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

Tabela 48

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Exigem Cursos Profissionalizantes para Contratação do Pessoal Administrativo, por Categorias de Qualificação, segundo Tipo de Curso
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Tipos de Curso	Categorias de Qualificação Ocupacional					
	Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Curso Prof. de Curta Duração	28,0	31,6	27,0	45,3	22,3	22,5
Curso Prof. – Básico	18,8	18,9	14,7	31,8	9,9	8,8
Habilit. Técnica de Nível Médio	26,3	28,4	55,9	74,1	31,1	26,3

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que exigem determinado curso, e não ao número de empregados com tal curso.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

Dois dos indicadores mais importantes para o planejamento da oferta de educação profissional dizem respeito às rotinas de trabalho dos empregados e às carências que prejudicam o exercício dessas rotinas. A primeira constatação é que o uso de microcomputadores é considerado uma rotina importante por mais da metade das unidades, para as categorias de qualificação de técnico de nível médio e de nível superior, no caso do pessoal ligado à atividade principal, e para todas as categorias de qualificação do pessoal administrativo. Note-se que a importância dessa rotina é maior para o pessoal administrativo, em todas as suas categorias de qualificação ocupacional, do que para os ligados à atividade principal, de categorias de qualificação ocupacional correspondentes.

O uso de idioma estrangeiro como rotina de trabalho foi considerado com menor grau de importância para quase todas as categorias de qualificação ocupacional, exceção feita aos profissionais de nível superior ligados à atividade principal ou ao apoio administrativo; no primeiro caso, esta rotina foi considerada importante para 23% das unidades e, no segundo, para 26%.

O trabalho em equipe foi a rotina mais citada entre as unidades (90%), com distribuição uniforme por todas as categorias de qualificação ocupacional, tanto do pessoal ligado à atividade principal quanto do pessoal administrativo.

Conhecimento técnico atualizado e técnicas de qualidade são rotinas bastante difundidas, sendo mais relevantes quanto maior a categoria de qualificação ocupacional dos trabalhadores. A mesma tendência foi identificada

com relação às rotinas que envolvem redação básica, expressão e comunicação verbais, o uso de matemática básica e o contato com clientes.

Tabela 49

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços, por Categoria de Qualificação, segundo Rotina de Trabalho Executada pela Maioria dos Empregados Estado da Bahia 1998

Em porcentagem

Rotina	Pessoal Ligado à Atividade Principal								Administrativo							
	Semiqua- lificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior		Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior			
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO		
Uso de Microcomputador	12,3	14,2	33,6	26,9	54,5	70,2	68,7	80,1	81,2	85,5	89,8	94,8	84,3	93,3		
Uso de Língua Estrangeira	2,5	3,2	7,2	5,1	11,3	23,5	23,1	48,0	7,2	8,2	10,8	10,2	26,3	51,1		
Conhecimento Técnico Atualizado	37,9	50,2	65,7	66,4	85,3	93,4	85,6	94,2	61,1	69,9	77,7	88,4	81,4	85,8		
Técnicas de Qualidade	52,4	62,9	68,3	67,0	78,4	83,4	79,9	85,6	68,0	69,2	75,6	86,2	79,0	88,2		
Redação Básica	24,3	25,8	37,7	28,5	53,6	60,1	67,1	77,0	72,8	71,9	79,2	85,8	73,1	76,8		
Expressão e Comunicação Verbais	55,8	56,0	73,3	66,3	77,9	89,6	87,4	88,0	83,0	83,1	84,3	71,5	85,9	90,9		
Uso de Matemática Básica	35,5	45,8	51,6	56,4	61,3	63,3	63,4	62,1	72,6	69,7	79,1	79,7	75,0	76,1		
Contato com Clientes	62,0	65,7	82,4	85,9	79,4	85,6	87,5	86,7	79,8	75,6	82,5	81,6	90,8	90,1		
Trabalho em Equipe	91,6	88,6	94,2	94,7	96,2	97,7	95,4	94,2	90,5	87,6	94,1	96,3	93,4	95,3		

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que adotam as rotinas para a maioria dos seus trabalhadores da categoria ocupacional, e não ao número de empregados que exercem efetivamente a rotina.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

Em relação às carências que prejudicam a maior parte dos empregados no setor serviços, a falta de conhecimento específico da ocupação foi considerada por pouco menos da metade das unidades, em todas as categorias de qualificação ocupacional, com exceção dos profissionais de nível superior, ligados à atividade principal ou à área administrativa.

As carências relacionadas aos conhecimentos de informática foram citadas por uma proporção menor de unidades para os trabalhadores semiqua- lificados e qualificados ligados à atividade principal. Ganha maior importância no caso dos técnicos de nível médio e profissionais de nível superior, ligados à atividade principal, e aos profissionais de nível básico, técnicos de nível médio e profissionais de nível superior, ligados ao apoio administrativo. Considerando-se as categorias mais qualificadas, para as quais a informática é uma ferramenta cada vez mais essencial, os percentuais que oscilam entre 30% e 40% representam carências que necessitam de algum tipo de atendimento imediato.

A dificuldade de expressão e comunicação verbais foi considerada relativamente importante por um contingente de 30% a 40% das unidades, o que é expressivo, sobretudo, ao se ponderar que são mais expressivos entre

trabalhadores de níveis qualificado e médio; este percentual cai para 26% quando se examinam os dados relativos aos profissionais de nível superior de apoio administrativo.

A falta de conhecimento de matemática básica, apontada por cerca de 23% a 32% das unidades, distribui-se de maneira quase uniforme por todas as categorias de qualificação ocupacional e compromete com mais intensidade o desempenho rotineiro dos trabalhadores qualificados, técnicos de nível médio ou profissionais de nível superior, na medida em que estes, em princípio, usam mais intensivamente a matemática básica como ferramenta de trabalho.

A ausência de habilidade no trato com clientes pode ser considerada relativamente elevada: entre 30% a 40% consideram que isto compromete o desempenho dos funcionários. As conseqüências dessa carência são potencializadas ao se ponderar que este é um dos principais atributos esperados do trabalhador do setor serviços que, na maior parte dos casos, como foi demonstrado pela pesquisa, relaciona-se diretamente com os clientes, sobretudo com os indivíduos. Esta carência encontra-se distribuída de maneira uniforme por todas as categorias de qualificação ocupacional, sendo ligeiramente menor dentre os profissionais de nível superior do pessoal ligado à atividade principal e do pessoal administrativo.

A dificuldade de comunicar-se por escrito afeta em cerca de 30% das unidades todas as categorias ocupacionais, mas particularmente os trabalhadores com nível de qualificação de técnico de nível médio e qualificados que têm, dentre suas responsabilidades, a de elaborar documentos (relatórios, avaliações, etc).

A carência quanto ao trabalho em equipe afeta de maneira mais homogênea o conjunto das categorias de qualificação ocupacional. O percentual de unidades que reconheceram essas carências (40%) pode ser considerado relativamente elevado, pois esta é uma estratégia das mais importantes quando se organizam os ambientes de trabalho.

As carências relacionadas às dificuldades em desenvolver novas habilidades e funções, por seu caráter estratégico também podem ser consideradas relativamente elevadas; embora afetem de maneira expressiva as categorias

de qualificação ocupacional de base (tanto o pessoal ligado à atividade principal (45%) quanto pessoal administrativo (35%)), estão presentes nas várias categorias de qualificação ocupacional, podendo comprometer a capacidade de adaptação de toda a hierarquia ocupacional de determinada unidade produtiva.

No que diz respeito à carência que envolve o uso de idiomas estrangeiros, a maior parte das unidades pesquisadas pela Paer na Bahia concordaram que não afeta significativamente o desempenho de seus trabalhadores.

Existem rotinas relacionadas a competências de caráter atitudinal (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe), avaliadas como carências relevantes por parcela significativa das unidades (dificuldade de expressão e comunicação verbal, falta de habilidade para trabalhar com clientes e dificuldade de trabalho em equipe), que devem integrar as preocupações daqueles que se dedicam ao planejamento curricular dos cursos de educação profissional.

Outras rotinas avaliadas como importantes, relacionadas à redação básica e uso de matemática básica, de responsabilidade do ensino fundamental e médio, poderiam ser incrementadas pelas instituições de educação profissional, através de programas de caráter estritamente instrumental, para que tais competências pudessem ser desenvolvidas pelos seus alunos e, assim, oferecer a eles, adicionalmente, a base conceitual e teórica sobre a qual seria possível construir um projeto de profissionalização consistente.

Tabela 50

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços, por Categoria de Qualificação, segundo Carência que Prejudica o Desempenho da Maior Parte dos Empregados
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Carências	Pessoal Ligado à Atividade Principal								Administrativo					
	Semiqua- lificado		Qualificado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior		Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Conhec. Espec. da Ocupação	43,9	41,8	44,1	40,0	39,1	49,4	32,2	38,1	36,3	37,7	39,2	36,9	28,1	34,6
Conhec. de Informática	13,7	8,8	21,2	14,8	30,1	47,5	29,1	36,9	39,3	45,7	41,5	35,2	29,9	38,2
Expr. e Comunicação Verbais	38,9	41,7	44,6	51,3	39,9	50,0	35,3	34,8	38,6	39,0	37,0	37,3	26,2	31,7
Matemática Básica	22,9	25,2	28,0	33,3	26,6	29,0	24,0	22,7	31,2	30,8	32,4	27,7	23,8	26,7
Habilidade p/ Lidar c/ Clientes	38,7	43,1	46,1	52,0	43,0	52,2	37,6	37,1	39,3	41,5	38,0	31,1	33,8	33,0
Capac. de Comunic. por Escrito	28,2	27,3	31,0	32,5	31,9	45,3	30,1	32,8	33,0	40,2	34,5	37,5	27,8	34,3
Trabalho em Equipe	43,0	43,9	45,0	49,2	43,6	52,0	41,2	43,3	38,0	42,1	41,4	42,6	34,4	38,9
Aprender Nova Hab. e Função	45,2	47,4	42,5	39,8	34,5	49,1	32,4	39,2	35,4	38,8	35,4	36,6	26,5	31,0
Noções Básicas de Língua Estr.	9,8	5,3	18,6	13,6	17,7	27,8	20,0	25,9	17,1	15,1	16,3	12,3	19,6	22,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que apontam a ocorrência de carências, e não ao número de empregados que exibem a carência.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

Entre as formas de seleção utilizadas pelas unidades para contratação de seus funcionários, a entrevista é o recurso de seleção mais difundido em todas as categorias ocupacionais. O currículo e o teste teórico são utilizados mais intensamente no caso de candidatos a cargos com maior exigência de qualificação. Contrariamente, os testes práticos foram mais empregados para os candidatos que disputavam empregos em ocupações de qualificação ocupacional mais baixas; cabe ressaltar que foram particularmente importantes para os candidatos que disputaram empregos como técnicos de nível médio, tanto no caso de pessoal ligado à atividade principal quanto do pessoal administrativo.

A avaliação com psicólogos e a recomendação/indicação, embora citados pelas unidades como os recursos de seleção que se distribuíram de forma mais regular por todas as categorias de qualificação ocupacional, tiveram níveis de participação bastante distintos como instrumentos de seleção, quando comparados; seu uso é bastante limitado, no primeiro caso e mais intenso no segundo.

Da avaliação dessa variável, pode-se concluir que as instituições de educação profissional devem atentar para a importância que as empresas atribuem à experiência profissional para recrutar pessoal. A experiência profissional acaba por caracterizar-se como um obstáculo que os alunos sem a

vivência do mercado de trabalho dificilmente podem superar haja vista o peso que têm os currículos como instrumentos de seleção. Para permitir que ultrapassem essa barreira e ingressem no mercado de trabalho, as instituições de educação profissional devem zelar para que as atividades relacionadas às práticas de trabalho, distribuídas preferencialmente ao longo de todo o período em que durar o curso, sejam tanto mais próximas da realidade quanto possível, para caracterizar uma vivência que seja percebida pelo mercado de trabalho como estritamente profissional e assim viabilizar ao aluno o acesso a oportunidades de trabalho.

Outra indicação relevante, que também resulta da investigação dos instrumentos de seleção utilizados pelas unidades, diz respeito à importância atribuída às entrevistas nos processos de seleção. Tal fenômeno pode justificar que se incluam nos programas de educação profissional, sobretudo quando sua clientela for composta por jovens à procura de sua primeira colocação, informações sobre como um candidato a emprego deve comportar-se em situações de entrevista.

Tabela 51

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços, por Categoria de Qualificação, segundo Instrumento de Seleção
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Instrumentos de Seleção	Pessoal Ligado à Atividade Principal								Pessoal Administrativo					
	Semiqua- lificado		Qualifi- cado		Técnico de Nível Médio		Nível Superior		Básico		Técnico de Nível Médio		Nível Superior	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Currículo	64,4	68,2	79,0	77,5	84,1	86,3	86,9	84,6	84,2	88,0	88,1	87,9	85,1	84,6
Teste Prático	68,9	70,6	76,7	82,9	78,3	75,5	64,1	55,7	67,9	71,9	72,2	51,7	62,9	49,4
Teste Teórico	43,0	42,9	58,6	69,1	62,5	71,0	55,6	54,2	55,3	56,3	64,0	74,1	60,2	63,6
Entrevista	89,5	93,7	92,1	92,3	92,3	95,2	89,8	89,6	91,8	93,9	93,1	92,6	87,8	90,2
Avaliação com psicólogos	22,1	23,8	30,2	56,7	31,4	49,3	32,3	40,0	26,0	33,2	27,7	48,8	35,0	49,2
Recomendação/Indicação	69,3	70,3	64,7	65,2	62,8	54,6	60,5	61,1	62,8	64,8	61,0	61,6	65,6	66,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer

(1) As informações de PO referem-se ao pessoal ocupado, em cada categoria de qualificação, das unidades que apontam a ocorrência de carências, e não ao número de empregados que exibem a carência.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

Quando a Paer investigou a oferta de treinamento no posto de trabalho, verificou-se que mais de 60% das unidades investiram no aperfeiçoamento de seus trabalhadores nesta modalidade de treinamento, principalmente nos segmentos de telecomunicações, saúde, alojamento e alimentação e serviços técnicos às empresas.

Tabela 52

Proporção de Unidades Locais do Setor Serviços que Forneceram Treinamento no Posto de Trabalho, por Categoria de Qualificação, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Segmentos	Em porcentagem						
	Pessoal Ligado à Atividade Principal				Administrativo		
	Semiqua- lificado	Qualificado	Técnico Nível Médio	Nível Superior	Básico	Técnico Nível Médio	Nível Superior
Total	64,9	70,7	76,1	66,0	61,7	67,5	60,5
Serviços Técnicos às Empresas	76,8	73,9	76,4	74,2	61,6	78,3	77,6
Comunicação	60,4	48,7	47,3	48,4	48,9	47,3	54,5
Atividades de Informática	-	50,2	62,4	51,4	49,1	59,5	49,3
Alojamento e Alimentação	71,3	74,2	71,7	72,1	72,8	69,9	61,4
Transporte	49,1	71,1	76,0	87,5	57,1	66,1	59,5
Manutenção e Reparação	34,6	60,8	57,5	100,0	60,9	29,6	18,7
Saúde	71,3	72,3	84,0	64,6	66,6	72,7	54,4
Eletricidade, Gás e Água	57,5	71,8	71,9	55,7	37,6	63,8	76,0
Telecomunicações	83,3	75,0	92,0	73,9	77,3	77,3	66,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

Nota: Proporção de respostas afirmativas em relação ao total de unidades locais onde existe a categoria de qualificação ocupacional.

No caso do treinamento fora do posto de trabalho, mais dispendioso para as unidades, à medida que os funcionários são afastados temporariamente de suas funções, constatou-se que são oferecidos por 56% das unidades; nesse caso, os segmentos que mais se destacaram foram telecomunicações e manutenção e reparação.

Tabela 53

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Ofereceram Treinamento Fora do Posto de Trabalho, segundo Segmento Estado da Bahia 1998

Segmentos	Em porcentagem	
	Treinamento Fora do Posto de Trabalho(2)	
	UL	PO
Total	56,2	60,4
Serviços Técnicos às Empresas	57,2	55,7
Comunicação	64,2	74,0
Atividades de Informática	64,4	67,4
Alojamento e Alimentação	48,4	56,6
Transporte	50,4	61,6
Manutenção e Reparação	76,5	80,6
Saúde	60,0	62,6
Eletricidade, Gás e Água	57,9	39,6
Telecomunicações	88,0	89,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao total empregado nas unidades onde ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo a participação do seu PO no total do segmento/setor.

(2) O treinamento fora do posto de trabalho pode ser dentro ou fora da unidade.

Nota: Proporção dos casos afirmativos em relação ao total de casos.

Os percentuais relativamente elevados de unidades que declararam ter investido na oferta de treinamento para seus funcionários revelam sua necessidade e disposição em aprimorar o desempenho de sua força de trabalho; isto acaba por caracterizar uma situação de valorização do conceito ampliado de educação profissional, que inclui o treinamento, o que pode ensejar o estreitamento dos laços entre as instituições de educação profissional e o setor serviços, cujas demandas de treinamento podem, teoricamente, ser atendidas também pelas escolas.

Finalmente, a Paer investigou o relacionamento das unidades com as instituições de educação profissional; pode-se afirmar, sem possibilidade de enganos, que os laços entre o setor serviços e estas instituições são bastante tênues.

Dentre as várias modalidades de relacionamento investigadas, verificou-se que a mais freqüente é a oferta de estágio para os alunos, sendo praticada por 33% das unidades; a seguir, tem-se o recrutamento de profissionais, assumido por 23% das unidades. Em seguida, há uma modalidade de relacionamento também expressiva, o treinamento de funcionários, encomendado por 12% das empresas; por fim, 7% das empresas pesquisadas disseram que contratam serviços técnicos às instituições de educação profissional.

As demais modalidades de relacionamento entre as unidades e as escolas de educação profissional são pouco expressivas. Observa-se que a oferta de

campos de estágio é maior justamente nos segmentos do setor serviços que correspondem às habilitações profissionais em que o estágio curricular é obrigatório, como ocorre no segmento saúde, ou quando a atividade é intensiva em tecnologia, como é o caso de alguns dos serviços do segmento de eletricidade, gás e água e dos segmentos de informática e de telecomunicações.

Tabela 54

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Mantêm Relacionamento com Escolas de Educação Profissional Públicas ou Privadas, por Tipo de Relacionamento, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Segmentos	Tipos de Relacionamento entre a Unidade e a Escola Técnica																	
	Contrata Serviços Técnicos		Recruta Professionais		Estágios na Unidade		Estágio de Atualização para Professores		Professores Participam de Projetos		Treinament o de Funcionários		Definição do Currículo		Fornece Equipamen- tos		Auxílio Financeiro	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	7,0	7,7	22,7	24,4	33,4	48,8	3,2	4,0	3,5	5,4	12,3	20,9	4,9	5,1	3,3	6,8	2,6	6,2
Serviços Técnicos às Empresas	3,3	11,0	20,6	17,5	35,7	59,2	1,7	4,2	3,3	2,1	11,8	24,1	3,9	1,1	3,3	15,1	1,7	1,6
Comunicação	7,4	21,1	14,8	27,2	19,8	34,5	2,5	1,6	2,5	1,6	4,9	15,6	2,5	1,6	-	-	-	-
Atividades de Informática	-	-	36,9	16,8	55,5	73,4	-	-	-	-	14,8	30,7	11,0	9,4	-	-	5,5	6,5
Alojamento e Alimentação	4,3	2,6	24,0	23,6	23,1	30,0	0,5	1,2	2,8	6,6	12,9	14,3	3,8	2,2	-	-	2,5	6,4
Transporte	3,8	3,9	10,8	11,8	23,5	39,3	3,8	5,1	3,5	5,9	8,9	16,7	2,3	2,8	2,7	2,6	3,8	4,3
Manutenção e Reparação	13,8	9,8	13,8	10,2	25,5	41,1	-	-	13,8	8,5	32,4	46,7	-	-	6,9	10,0	-	-
Saúde	12,2	15,7	26,1	40,0	34,0	42,4	6,0	7,2	3,4	4,8	8,9	10,1	6,4	7,8	6,0	5,2	2,0	4,0
Eletricidade, Gás e Água	9,5	9,2	36,7	29,9	72,5	87,8	2,1	0,5	5,3	9,2	31,5	51,5	9,4	10,4	5,3	14,4	1,1	5,4
Telecomunicações	-	-	48,0	33,3	64,0	77,2	-	-	-	-	4,0	34,5	8,0	5,8	4,0	34,5	8,0	35,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção dos casos afirmativos em relação ao total dos casos.

Os índices de relacionamento das empresas com as diferentes escolas técnicas variam conforme a modalidade de relacionamento; assim, a iniciativa das empresas, ao recrutar profissionais recém-formados, recai, em ordem decrescente de preferência, sobre as escolas técnicas federais, as escolas técnicas estaduais, as escolas privadas, o Sistema S e, por último, as escolas técnicas municipais. Quando se trata de oferecer campo de estágio aos alunos das escolas técnicas, as empresas têm atendido mais vezes as escolas técnicas federais, depois as outras escolas técnicas, em seguida as escolas técnicas estaduais, depois as escolas técnicas municipais e, por último, os estabelecimentos do Sistema S. Há uma última modalidade de relacionamento empresa-escola que merece ser citada, por sua importância potencial no estreitamento dos laços entre as escolas técnicas e a estrutura produtiva, e que diz respeito à participação de funcionários das unidades em treinamentos ofertados pelas escolas e que tem maior expressividade nas escolas vinculadas ao Sistema S e nas escolas técnicas federais. Das demais formas de relacionamento, nenhuma é expressiva.

Tabela 55

Proporção de Unidades Locais e de Pessoal Ocupado (1) em Unidades do Setor Serviços que Privilegiam Uma ou Mais Escolas de Educação Profissional nos Processos de Contratação, por Tipo de Escola, segundo Segmento
Estado da Bahia
1998

Em porcentagem

Segmentos	Tipos de Escola													
	Técnica Federal		Técnica Estadual		Técnica Municipal		Senac		Sesi		Senai		Outras	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	11,8	12,4	6,8	7,1	4,1	4,2	11,8	11,3	5,0	5,3	9,2	9,7	12,9	13,7
Serviços Técnicos às Empresas	23,9	29,3	5,6	7,0	5,6	7,0	-	-	-	-	9,5	8,6	11,1	9,0
Comunicação	12,1	10,7	4,9	3,8	2,5	2,4	7,2	4,2	-	-	2,5	1,3	16,8	15,9
Atividades de Informática	31,9	9,7	10,6	2,5	10,6	6,5	5,3	5,4	-	-	10,6	7,4	19,6	13,4
Alojamento e Alimentação	6,1	8,3	-	-	1,3	1,6	27,5	32,5	12,2	9,7	8,9	6,5	3,9	6,6
Transporte	9,1	9,9	3,8	6,4	3,0	2,0	11,3	8,7	4,9	6,0	11,4	15,4	16,0	12,7
Manutenção e Reparação	20,6	21,0	6,9	6,6	-	-	-	-	6,9	6,6	46,1	40,1	6,9	4,4
Saúde	6,5	7,7	12,8	10,5	7,8	9,4	8,1	14,7	1,7	6,5	2,4	5,6	20,0	21,4
Eletricidade, Gás e Água	25,2	20,3	12,6	12,0	2,1	3,4	6,3	2,5	7,4	2,7	21,0	9,9	-	-
Telecomunicações	36,0	25,5	4,0	5,1	-	-	4,0	0,4	-	-	4,0	0,4	16,0	36,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer.

(1) A informação de PO refere-se ao emprego naquelas unidades em que ocorre o fenômeno, servindo para ponderar as unidades segundo sua participação no total do pessoal ocupado do segmento/setor.

Nota: Proporção dos casos afirmativos em relação ao total dos casos.

Ao se constatarem os índices relativamente baixos de integração das escolas técnicas com as unidades, em todas as modalidades pesquisadas, percebe-se a necessidade de se envidarem esforços no sentido de encontrar outras alternativas de integração além das tradicionais, como são a pesquisa

de campos de estágio para os alunos ou o recrutamento de ex-alunos; a participação da sociedade e dos segmentos produtivos na gestão dos estabelecimentos e na concepção de seus currículos são apenas algumas das estratégias que podem vir a ser adotadas para propiciar uma sintonia maior das instituições de educação profissional com as demandas da sociedade.

AGROPECUÁRIA

A Bahia, maior estado nordestino, ocupa uma área de 568.296 km², apresentando clima úmido no litoral, semi-úmido no oeste e semi-árido no restante do território.

No litoral sul, além da tradicional cultura cacaueteira, desenvolvem-se o cultivo de mamão e uma moderna pecuária. Seguindo em direção norte, encontram-se lavouras de dendê, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, coco e alimentares (feijão, mandioca e cana-de-açúcar). A região do Recôncavo é grande produtora de cana-de-açúcar, fumo e alimentos. A nordeste, ao lado da pecuária, estão as culturas de fumo (em retração), sisal, cítricos, feijão, milho e mandioca. O oeste constitui a “fronteira agrícola”, ocupada na década de 80 com o cultivo da soja segundo um padrão tecnológico moderno – o que influenciou positivamente o sistema de criação na pecuária, atividade tradicional na região.

Nas áreas em que predomina o clima semi-árido, destaca-se a região do Vale do São Francisco, onde foram implantados projetos de irrigação, encontrando-se cultivos modernos de uva, manga, melão, laranja e lavouras alimentares. As atividades tradicionais desenvolvidas nessas áreas são a pecuária, o cultivo do feijão em Irecê, bem como de café, milho, abacaxi e laranja; e ainda de algodão, feijão, milho, floricultura e olericultura, entre outras, ao sul.

A estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários no Estado da Bahia é bastante concentrada. Os estabelecimentos pequenos, com menos de 100 ha, representavam, em 1995, cerca de 93% do total e ocupavam menos de 30% da área. No outro extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha eram apenas 0,5% do total e ocupavam 35% da área. Aqueles entre 100 ha a menos de 1.000 ha totalizavam 6% e ocupavam 36% da área.

Tabela 56

Distribuição dos Estabelecimentos e da Área, segundo Grupos de Área Total
Estado da Bahia
1995

Grupos de Área Total	Em porcentagem	
	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área dos Estabelecimentos
Total	100,0	100,0
Menos de 10 ha	57,5	4,6
10 ha a menos de 100 ha	36,0	25,2
100 ha a menos de 1.000 ha	6,0	35,6
1.000 ha a menos de 10.000 ha	0,5	24,5
10.000 ha e mais	0,0	10,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996.

Em 1995, o Estado da Bahia tinha 699,1 mil estabelecimentos, que ocupavam uma área total de 29.842,9 mil hectares, ou 52% da área territorial do Estado. A proporção da área aberta dos estabelecimentos foi de 47%, ou seja, 53% não foi alterada. Chama a atenção a elevada proporção de áreas com matas e pastagens naturais, o que reflete a reduzida dimensão de uma agricultura intensiva no Estado.

Tabela 57

Utilização das Terras
Estado da Bahia
1995

Categorias	Em hectares
	Área
Área dos estabelecimentos	29.842.900
Área aberta	13.981.913
Área em lavouras	3.889.829
Pastagens plantadas	6.652.955
Matas plantadas	297.429
Área em descanso	947.919
Área produtiva, mas não usada	2.193.781
Pastagens naturais	7.836.814
Matas naturais	6.839.132
Terras inaproveitáveis	1.185.041

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996.

Em termos de área colhida, o cacau ainda era a principal cultura baiana, em 1995, apesar dos graves problemas de pragas e doenças (“vassoura-de-bruxa”) e da queda dos preços, seguida do milho, soja, mandioca, café e algodão herbáceo. Quanto à pecuária, a principal finalidade da bovinocultura (72% do rebanho) era o corte, seguido da produção de leite (21% do rebanho). Cerca de 38% do rebanho bovino concentrava-se nos estabelecimentos de 100 ha a menos de 1.000 ha.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1998, mais de 40% da população ocupada no Estado da Bahia ainda residia na área rural, um dos maiores contingentes registrados no país. As causas deste

comportamento podem estar associadas à capacidade de fixação do trabalhador do setor agropecuário baiano, por um lado, e à reduzida atração exercida pela maioria das cidades do Estado, além da importância do trabalho em tempo parcial na agricultura, por outro.

Os minifúndios baianos têm particularidades que ajudam a explicar a fixação da mão-de-obra no meio rural. Eles são um pouco maiores do que a média do Nordeste e, em geral, os proprietários são os próprios produtores. Ainda que o tamanho da área seja insuficiente para assegurar a manutenção de uma família, sua condição de proprietária possibilita que seus membros complementem a renda agrícola com atividades não-agrícolas. Outro motivo de retenção da população são os benefícios proporcionados pela Previdência Rural. Em muitos casos, o seguro social é o único meio de sobrevivência da família.

A Região Metropolitana de Salvador respondia, em 1998, por 20% da população ocupada no Estado da Bahia. Dos residentes no espaço não-metropolitano, 52% viviam no meio rural e 48% no meio urbano. Entre estes últimos, havia 347 mil ocupados na agricultura contra 1.706 mil em atividades não-agrícolas. Entre a população com domicílio rural, apenas 451 mil pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, contra 1.758 mil na agricultura e pecuária.

Tabela 58
População Ocupada (1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Estado da Bahia
1992-1998

Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade	Em mil pessoas							1992/98 (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998		
Total	4.803	4.965	4.186	4.770	5.210	5.375	1,6	
Urbano	2.708	2.753	3.018	2.891	3.022	3.139	2,3 ***	
Agrícola	370	378	395	318	334	358	-1,7	
Não-Agrícola	2.339	2.376	2.624	2.573	2.688	2.781	2,9 ***	
Rural	2.095	2.212	1.168	1.879	2.188	2.236	2,6	
Agrícola	1.773	1.829	1.755	1.512	1.808	1.763	-0,7	
Não-Agrícola	322	383	377	367	381	474	4,2 **	
Metropolitana	970	984	1.130	1.047	1.087	1.113	2,3 ***	
Urbano	942	956	1.087	1.021	1.060	1.085	2,2 ***	
Agrícola	14	8	14	13	11	10	-1,1	
Não-Agrícola	927	947	1.073	1.008	1.048	1.075	2,4 ***	
Rural	28	29	43	25	27	28	-1,1	
Agrícola	11	5	10	4	7	5	-8,5	
Não-Agrícola	17	24	32	21	20	23	2,2	
Não-Metropolitana	3.834	3.981	4.021	3.724	4.123	4.262	1,2	
Urbano	1.767	1.797	1.931	1.870	1.962	2.053	2,3 ***	
Agrícola	355	369	381	305	323	347	-1,7	
Não-Agrícola	1.411	1.428	1.551	1.565	1.639	1.706	3,2 ***	
Rural	2.067	2.183	2.090	1.853	2.161	2.209	0,2	
Agrícola	1.762	1.824	1.745	1.508	1.800	1.758	-0,6	
Não-Agrícola	305	359	345	345	361	451	4,3 **	

Fonte: Unicamp/IE. Projeto Rurbano, tabulações especiais, 1999.

(1) PEA Restrita.

(***, **, *) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A população ocupada com domicílio rural apresentou um crescimento de 2,6% no período 1992-98, resultado que se deveu ao aumento de 4,2% ao ano do número de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas, já que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas manteve-se praticamente estável (-0,7% ao ano).

O cenário relativamente favorável da agropecuária baiana nos anos 90 – que apresentou uma queda pouco significativa dos níveis de ocupação – decorreu basicamente do bom desempenho das culturas de soja e café, na região do cerrado, a oeste do Estado; do eucalipto, que expandiu-se do sul para o Recôncavo e o Litoral Norte; da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco; e do cacau, em fase de recuperação, e da fruticultura, especialmente o mamão, na faixa litorânea. Este desempenho atenuou os efeitos da crise vivida pelas culturas tradicionais, como o algodão arboreo, a mamona e o sisal.

Na Região Metropolitana de Salvador, para um total de 1.113 mil pessoas ocupadas, em 1998, apenas 28 mil residiam no meio rural, e destas, 23 mil exerciam atividades não-agrícolas. No interior, inversamente, cerca de 80% dos residentes no meio rural (1.758 mil pessoas) tinham ocupações agrícolas. Apesar de representarem somente 20% das ocupações da população rural, as atividades não-agrícolas cresceram a uma taxa de 4,3% ao ano, no período 1992-98.

Tabela 59
PEA Rural Ocupada(1) em Atividades Não-Agrícolas, segundo Setor de Atividade
Estado da Bahia
1992-1998

Setores de Atividade	Em mil pessoas						1992/98 (%a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
Total	322	383	377	367	381	474	4,2 **
Construção	51	49	52	58	47	102	7,9
Estab. Ensino Público	36	45	44	41	41	44	1,6
Emprego Doméstico	28	35	38	34	40	37	4,1 *
Restaurantes	18	14	14	15	28	25	8,4
Comércio Ambulante	14	9	16	17	15	22	9,9 *
Comércio Alimentos	24	22	34	32	22	22	-0,3
Administração Municipal	5	19	13	12	23	20	18,8 *
Pedras	-	6	6	9	5	18	-
Indústria de Alimentos	14	13	13	9	8	17	-1,4
Indústria Transformação	21	16	20	17	19	15	-2,7
Biscates	-	2	2	-	3	10	-
Indústria de Madeiras	6	12	14	14	16	9	7,8
Transporte Público	5	3	5	7	7	9	13,5 **
Subtotal	221	244	270	265	276	350	6,4 ***
Metropolitano	17	24	32	21	20	23	2,2
Emprego Doméstico	2	2	6	4	4	3	8,3
Construção	2	3	3	2	3	3	3,4
Estab. Ensino Público	-	-	-	1	-	1	-
Comércio Alimentos	-	2	2	-	-	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	1	-	-
Serviços de Segurança	-	-	-	-	1	-	-
Comércio Ambulante	-	-	3	-	-	-	-
Subtotal	4	7	15	7	10	9	10,3
Não Metropolitano	305	359	345	345	361	451	
Construção	49	46	49	56	44	99	8,0
Estab. Ensino Público	35	45	44	39	41	43	1,4
Emprego Doméstico	25	33	31	30	36	33	3,8 *
Restaurantes	16	13	12	14	27	25	10,1 *
Comércio Ambulante	14	8	13	16	15	22	10,8 *
Comércio Alimentos	23	20	32	32	21	21	0,2
Administração Municipal	4	18	12	11	22	20	20,4 *
Pedras	-	6	6	9	5	18	-
Indústria de Alimentos	14	12	12	8	8	16	-1,6
Indústria Transformação	20	16	20	16	18	14	-2,8
Biscates	-	-	-	-	3	10	-
Indústria de Madeiras	6	12	13	14	16	9	7,8
Transporte Público	4	-	5	6	6	8	-
Subtotal	211	227	258	253	263	349	6,8 ***

Fonte: Unicamp/IE. Projeto Rurbano, tabulações especiais, 1999.

(1) PEA Restrita.

(***,**,*) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os setores de atividade e profissões não-agrícolas que mais absorveram mão-de-obra nas áreas rurais, entre 1992 e 1998, foram:

- a construção civil, que, independentemente do crescimento atípico verificado em 1998, com a implementação de frentes de trabalho contra a seca, manteve praticamente estável o número de ocupações para pedreiros e ampliou o de ajudantes de pedreiro (12% ao ano). O desempenho do setor decorre da construção de residências de fim-de-semana e de obras de infraestrutura turística, além das frentes de trabalho no interior;

- o ensino público, com a contratação, principalmente, de professores de ensino fundamental;

- os serviços domésticos, graças ao aumento da demanda de empregadas domésticas nas áreas mais atrasadas do Estado, assim como de caseiro e de empregadas em residências de final de semana e em hotéis e pousadas da região litorânea;

- restaurantes, com destaque para a geração de empregos para cozinheiros;

- a administração municipal, em decorrência do processo de descentralização de recursos, nos anos 90, e do aumento das demandas de funções públicas. Em 1998, dos 25 mil empregados da administração pública, 23 mil pertenciam à esfera municipal;

- o comércio de alimentos e o comércio ambulante, que criaram grande número de ocupações em períodos alternados de maior expansão econômica. As ocupações de balconistas e atendentes também apresentaram crescimento em períodos alternados, seja nas áreas mais dinâmicas, principalmente aquelas voltadas ao turismo, seja nas mais atrasadas, através de pequenos estabelecimentos;

- a indústria de transformação, em particular o ramo de alimentos, apesar da crise do cacau e do algodão nos primeiros anos da década, que levou a uma pequena queda da ocupação, já em 1998 dava sinais de recuperação. A indústria de madeiras, impulsionada pelo desenvolvimento dos pólos madeireiro e de papel e celulose no sul do Estado, contribuiu em grande

medida para a geração de ocupações. Outras indústrias, como de calçados, assim como de bebidas e de processamento de grãos – estas últimas recentemente instaladas no Estado, cujos dados ainda não aparecem nas tabelas – já têm um impacto na ocupação da mão-de-obra rural;

- extração de pedras e transporte público.

Apesar do crescimento das atividades rurais não-agrícolas, elas ainda são insuficientes para absorver boa parte da população rural, ainda empregada, em sua maioria, na agricultura. Portanto, é necessário incentivar essas atividades não-agrícolas, imprimindo novas dinâmicas ao meio rural, ainda mais se forem consideradas as características específicas e a significativa população rural baiana, o crescente desemprego nos grandes e médios centros urbanos e, principalmente, a probabilidade de surgimento de novas áreas agrícolas modernizadas, que pouco empregarão (emprego agrícola direto).

Segundo a pesquisa Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária – Sensor Rural, em 1998 foram demandados 619 mil Equivalentes-Homens-Ano para as culturas selecionadas no Estado da Bahia. Esse total de EHA estava distribuído em 3.390 mil hectares, cultivados com diferentes níveis tecnológicos, o que faz variar a ocupação por hectare. Na média, são demandados 0,18 EHA por hectare.

Observa-se que apenas quatro culturas – soja, feijão, milho e cacau – concentram 64% da área plantada total; e somente três produtos – cacau, feijão e mandioca – são responsáveis por 56% da ocupação total. Somando-se outros cinco produtos – café, cana-de-açúcar, eucalipto, milho e sisal, chega-se a 85% da demanda total. Conforme salientado, as culturas de café e eucalipto têm apresentado importante crescimento da área cultivada no Estado nos anos mais recentes. O café está mais concentrado na região de Barreiras, ao passo que o eucalipto está presente no sul e também no litoral norte e no Recôncavo.

A principal cultura empregadora na Bahia continua sendo o cacau – apesar da crise vivida em meados dos anos 90 com a doença conhecida como “vassoura de bruxa” e também com a queda dos preços internacionais –, seguida de perto pela mandioca e pelo feijão. Outra cultura que passou por forte crise, mas ainda aparece entre as oito principais empregadoras, é o sisal,

fortalecido na região do município de Valente. Uma importante associação de produtores rurais implantou uma fábrica de processamento do produto nessa região, conseguindo colocar derivados no mercado nacional e internacional, inclusive com o uso de selo de garantia de produto ecológico.

Entre as culturas importantes, destacam-se também algumas frutíferas, como abacaxi, banana, coco anão, laranja, mamão, manga e maracujá. Estas frutíferas, em conjunto, demandaram cerca de 48,5 mil EHA em 1998, quase 10% da demanda total no Estado. A principal região de fruticultura irrigada no Estado é o Vale do Rio São Francisco, em particular o município de Juazeiro. Pode-se notar a ausência de estimativas da demanda de mão-de-obra para a cultura da uva neste estudo. No entanto, dados da Fundação Seade indicam que a uva demandou cerca de 7,2 mil EHA em 1998, concentrados na região de Juazeiro, o que só reforça a importância da fruticultura no emprego agrícola do Estado.

Tabela 60

Área Plantada e Demanda da Mão-de-Obra Agrícola, segundo as Principais Culturas
Estado da Bahia
1998

Principais Culturas	Área Plantada		Demanda de Força de Trabalho	
	Hectares	%	EHA	%
Total	3.390.957	100,0	618.923	100,0
Abacaxi	3.037	0,1	11.912	1,9
Alface	336	0,0	431	0,1
Algodão	29.760	0,9	11.960	1,9
Alho	251	0,0	472	0,1
Arroz	35.778	1,1	4.868	0,8
Banana	26.703	0,8	5.950	1,0
Cacau	438.198	12,9	123.246	19,9
Café	106.654	3,2	29.296	4,7
Cana-de-Açúcar	53.630	1,6	36.091	5,8
Coco Anão	32.642	1,0	2.682	0,4
Coentro	246	0,0	297	0,1
Eucalipto	336.020	9,9	41.249	6,7
Feijão	603.913	17,8	112.175	18,1
Laranja	56.021	1,7	15.168	2,5
Mamão	28.261	0,8	5.465	0,9
Mamona	87.265	2,6	7.321	1,2
Mandioca	243.201	7,2	111.781	18,1
Manga	16.966	0,5	3.008	0,5
Maracujá	8.844	0,3	4.340	0,7
Milho	489.074	14,4	38.474	6,2
Sisal	139.256	4,1	37.655	6,1
Soja	649.302	19,2	5.071	0,8
Tomate Industrial	2.911	0,1	2.543	0,4
Tomate Mesa	2.688	0,1	7.468	1,2

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - SEI/EBDA; Fundação Seade.
EHA - Equivalentes Homens-Ano.

As maiores áreas plantadas no Estado localizam-se no oeste, litoral norte/baixo sul, na área cacauzeira e no semi-árido. Visto que as diferenças entre as áreas plantadas devem-se, basicamente, ao tamanho das regiões e à utilização das terras (área utilizada/área total), é preciso observar as relações entre as participações de cada região na área cultivada e na demanda da força de trabalho. Por exemplo, o oeste baiano, onde predomina o cultivo de grãos em modernos sistemas de produção, responde por 25% da área cultivada. No entanto, esta mesma região é responsável por somente 6% da demanda de mão-de-obra no Estado, o que se deve ao alto grau de mecanização das atividades.

Para todas as demais regiões, a participação na demanda de mão-de-obra é sempre maior do que a participação na área cultivada. Isso porque as atividades desenvolvidas são grandes empregadoras por unidade de área, devido a dois motivos: os sistemas de produção são pouco mecanizados e demandam bastante mão-de-obra nas culturas tradicionais do semi-árido e/ou os sistemas são modernos, mas as frutíferas e o cacau empregam muita gente na colheita e nos tratamentos culturais, que ainda não são mecanizados.

Tabela 61
Área Plantada e Demanda da Mão-de-Obra Agrícola, segundo as Regiões
Estado da Bahia
1998

Regiões	Área Plantada		Demanda da Mão-de-Obra	
	ha	%	EHA	%
Total	3.390.957	100,0	618.923	100,0
Oeste Baiano	864.236	25,4	35.978	5,8
Litoral Extremo Sul	354.367	10,5	69.309	11,2
Pólo Irrigado S. Francisco	51.484	1,5	17.133	2,8
Litoral Norte/Baixo Sul e Área Cacauzeira	967.924	28,7	236.185	38,2
Semi-Árido	1.152.946	33,9	260.318	41,9

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - SEI/EBDA; Fundação Seade.
EHA - Equivalentes Homens-Ano..

As estimativas para a pecuária mostram que a bovinocultura (de corte e de leite) é a principal atividade empregadora. Associada à reforma de pastagem, responde por mais de 95% da demanda total de mão-de-obra. As atividades de suinocultura e avicultura ainda têm pouca expressão no Estado, principalmente quando se pensa em sistemas integrados de produção com as agroindústrias.

Nas últimas décadas, vêm ocorrendo algumas mudanças que proporcionaram um redesenho no meio rural baiano. Por um lado, há regiões

que apresentam um dinâmica centrada no crescimento de atividades modernas, intimamente ligadas às agroindústrias e ao surgimento de novos produtos. Por outro, de maneira muito marcante, ainda persistem regiões atrasadas, castigadas pelos ciclos da seca e, conseqüentemente, com muitos problemas econômicos e sociais. Em termos da dinâmica da economia rural baiana, pode-se dividir o Estado em regiões modernas, de um lado, e tradicionais, de outro.

Devido a essa grande diversidade socioeconômica, algumas regiões da Bahia ganham importância não só no Nordeste brasileiro, mas também nacionalmente e internacionalmente. No sentido de compreender a complexidade da economia rural baiana, propõe-se uma regionalização que permite explorar mais detalhadamente as principais dinâmicas agrícolas e não-agrícolas do Estado da Bahia, composta de cinco grandes regiões (Mapa 3):

– Oeste Baiano: engloba as microrregiões de Barreiras, Cotegipe, Santa Maria da Vitória, compondo a mesorregião Extremo Oeste Baiano. Trata-se de uma região de cerrado, plana, bem servida de recursos hídricos, caracterizada por uma agricultura de moderna tecnologia, centrada na mecanização, no uso de insumos químicos e na irrigação. As principais culturas são soja, feijão, frutas e café.

– Litoral Extremo Sul: é parte da mesorregião Sul Baiano (abaixo das microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Valença), caracterizada pelo reflorestamento e por uma agropecuária moderna e tecnificada (fruticultura e pecuária bovina de corte semi-extensiva).

– Pólo Irrigado do Submédio São Francisco: localizada no semi-árido, às margens do São Francisco, no lado baiano, compõe a região de Juazeiro, ao norte do Estado, na divisa com Pernambuco. Os municípios baianos inseridos neste pólo são: Juazeiro, Sobradinho, Curaçá, Casa Nova e Santo Sé. Do lado pernambucano, estão Petrolina, Lago Grande, Santa Maria e Boa Vista. Petrolina e Juazeiro, os dois municípios de maior expressão econômica, respondem por um aglomerado urbano de 400 mil habitantes.

– Litoral Norte/Baixo Sul e Área Cacaueira: engloba as microrregiões de Ilhéus, Itabuna, Valença, Salvador, Catu, Santo Antônio de Jesus e Entre Rios. Nas

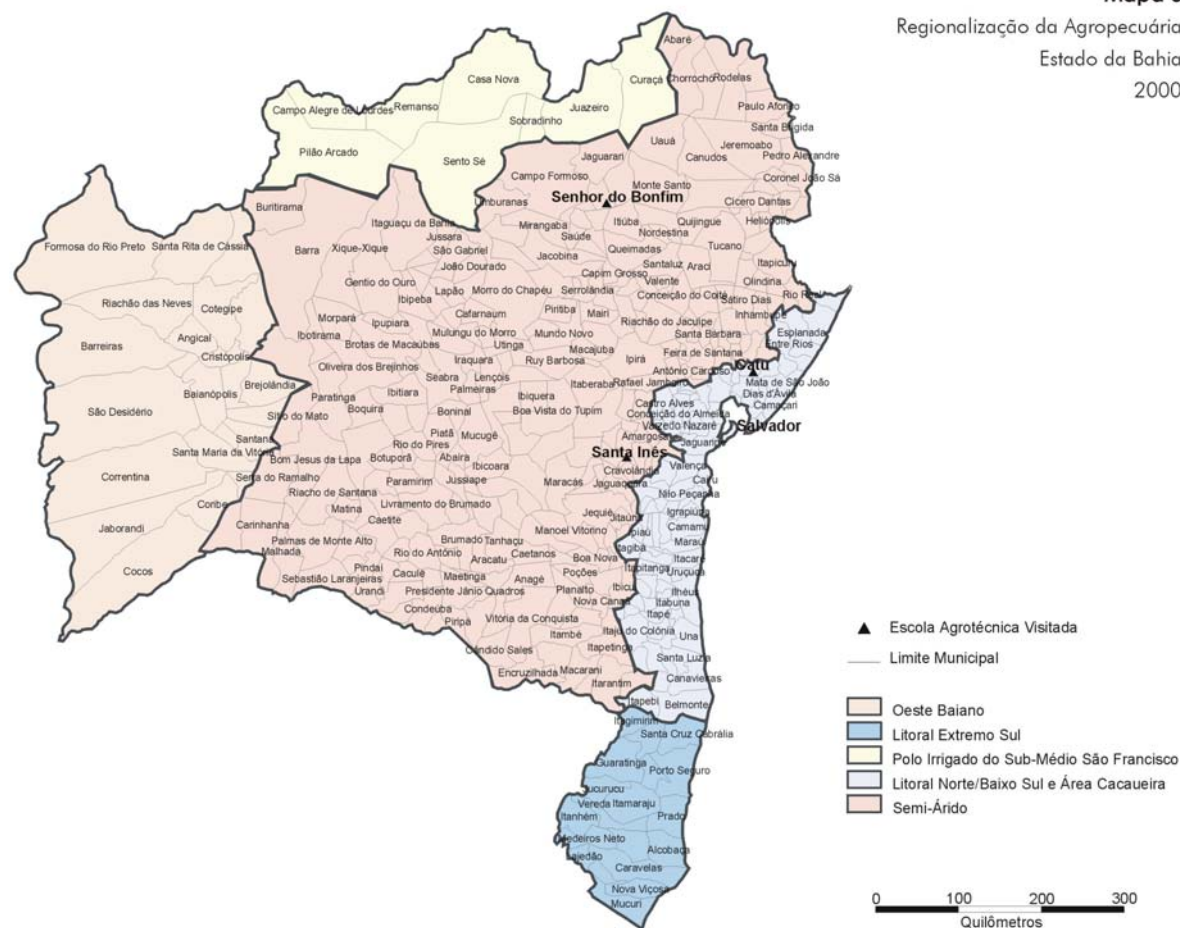
duas primeiras, concentra-se a produção de cacau; em Valença, localizam-se os cultivos de dendê, piaçaba, sisal, pimenta do reino, fumo, cana-de-açúcar, mamona, entre outras; as demais têm importância na produção de fumo, eucalipto e laranja. Estas atividades agrícolas passam por um processo de crise por diversos fatores, sendo que o cacau aponta para um processo de reestruturação.

– Semi-Árido: compreendida entre as regiões listadas anteriormente, constitui-se de várias sub-regiões, com grande diversidade de clima, vegetação, solo e água, assim como de condições socioeconômicas.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 3

Regionalização da Agropecuária
Estado da Bahia
2000



Fonte: FSeade - 2000.

Na pesquisa de campo, foram entrevistados agentes especializados nas regiões das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Santa Inês e Senhor do Bonfim.

A região da Escola de Catu, localizada no litoral norte do Estado, compreende os municípios de Catu, São Sebastião do Passé, Alagoinhas, Araçás, Pojuca, Candeias, Mato São João, São Francisco do Conde e Madre de Deus – que formam uma bacia petrolífera. Desde a década de 50, quando a Petrobrás instalou-se em Catu, toda a economia regional foi condicionada às atividades de extração de petróleo. Atualmente, a região vive uma situação de crise, depois que os poços foram privatizados e a estatal encerrou suas atividades. Na agricultura, abriu-se caminho para o desenvolvimento da pecuária, que, no entanto, manteve-se como atividade secundária, voltada quase que exclusivamente ao abastecimento dos restaurantes da Petrobrás e das empresas associadas.

Alguns municípios buscam saídas através de políticas de incentivos para atrair novas indústrias, como é o caso de Alagoinhas, onde já existe uma unidade da cervejaria Schincariol, além de indústrias de fumo/charutos para exportação, calçados e cerâmica. Outros apostam no turismo, entre outras alternativas que estão surgindo com a efetivação do projeto rodoviário “linha verde”. A agropecuária persiste com níveis baixos de produtividade, voltada apenas a abastecer o mercado local.

A região da EAF de Santa Inês localiza-se geograficamente no Vale do Jequiriçá, no Litoral Sul, em uma área de transição para a semi-árido, entre o baixo sul e a região cacauzeira. A região compreende, além de Santa Inês, os municípios de Ubaíra, Jequiriçá, Mutuípe, Jaguaquara, Laje, Irajuba, Itaquara, Itaquara e Cravolândia.

Pela variedade de clima e vegetação, o Vale do Jequiriçá divide-se em duas sub-regiões: parte baixa e parte alta. Esta divisão do Vale também comporta estruturas fundiárias distintas: na parte alta, predomina a grande propriedade, com área acima de 400 ha em média, e na parte baixa, a pequena e média propriedades, com área inferior de 200 ha.

O cacau desenvolveu-se na parte baixa do Vale, centrado na produção familiar. Nesta região, há uma certa preservação do ambiente, pois a cultura do cacau convive com a mata – seu manejo necessita da conservação da mata. O cultivo do café centrou-se na grande propriedade, com predomínio de seu cultivo em Santa Inês. A pecuária bovina mista (corte e leite) espalhou-se por todo o Vale do Jequiriçá, sendo que na sub-região da mata, mais recentemente, vem tendendo a uma certa especialização.

Santa Inês já foi o centro econômico do Vale, por onde escoava a produção de café e cacau da região, dada sua posição de entrocamento ferroviário da linha férrea Jequié/Salvador. Com a desativação dessa linha e, mais recentemente, com o desmembramento de Cravolândia e Irajuba do município, Santa Inês entrou em processo de franca decadência.

A região da EAF do Senhor do Bonfim, localizada no semi-árido, ao norte do Estado, compreende os municípios de Campo Formoso, Umburanos, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Caldeirão Grande, Caém, Jaguarari, Jacobina, Quixabeira, Capim Grosso, Queimados, Itiúba, Filadelfia, Andorinha, Cansanção e Monte Santo, além de Senhor do Bonfim. Apesar de situar-se no semi-árido, a região é constituída de ambientes distintos em termos de clima, solo e água.

Uma característica comum a toda a região é a existência de dois regimes de chuva, de verão e de inverno. Além da pecuária bovina mista (leite e carne) e da pecuária caprina e ovina, a região dedica-se ao cultivo de feijão de arranque, para comercialização, e de feijão de corda (vigna), milho, mamona, mandioca, sisal e coco de oricuri. Nas áreas próximas à serra, as condições de solo, água e clima permitiram o desenvolvimento de frutíferas, como manga, pinha, limão, banana e abacate, que abastecem o mercado local e o de Juazeiro. Outra atividade que desponta na região é a extração de minérios em Campo Formoso e Andorinha (cobre e cromo) e Jaguarari (cobre).

As principais conclusões da pesquisa de campo nas regiões das EAF, baseadas nas entrevistas com os agentes locais, mostram que nestes centros serão mantidos os cursos do ensino médio, porém, não necessariamente articulados ao profissionalizante. No caso das escolas agrotécnicas, elas serão reestruturadas de forma a comportarem as atividades agrícolas e não-

agrícolas, atendendo as demandas regionais. Em 1996, todos os cursos técnicos estaduais foram extintos, dado que não tinham uma relação direta com o mercado em termos das demandas, não eram articulados com o mundo do trabalho, os professores não estavam habilitados e a grande totalidade dos alunos não encontrava emprego. Os novos cursos nas agrotécnicas federais também estão em sintonia com o Proep, sendo que a escola de Juazeiro já está funcionando, inclusive com cursos modulares. As escolas estaduais que foram extintas e reiniciarão suas atividades como “centros” não deverão ter o ensino médio.

Este fato – manter o ensino médio nas escolas reestruturadas e excluí-lo naquelas que reiniciarão suas atividades - chama a atenção, podendo indicar mais uma política de adequação integral ao Proep, no caso daquelas que reiniciarão suas atividades, do que propriamente o atendimento de demandas no campo educacional, principalmente se se considerar que o governo da Bahia pretende dobrar o número de matrículas no ensino médio em três anos.

No ensino profissionalizante também se destaca a importância das escolas vinculadas à Ceplac, como a de Guandu, que tem um convênio com o Senar no processamento de frutas. Entre estas escolas estão algumas das mais antigas da Bahia, com forte tradição no meio rural. Um dos entrevistados, ao falar sobre a questão do emprego, revela que a maioria dos técnicos formados nas escolas agrotécnicas estão empregados nas empresas públicas de assistência técnica, enquanto as privadas dão preferência a profissionais com curso superior (engenheiros agrônomos). Outro entrevistado considera que o técnico agrícola ainda é uma mão-de-obra necessária à agricultura, podendo atuar nos aspectos relacionados à tecnologia, ao crédito e aos projetos de irrigação, por exemplo, mas que, apesar disto, o mercado de trabalho está restrito às empresas que comercializam insumos, às ONGs, às cooperativas de prestação de serviços, às fundações que suprem as contratações dos órgãos governamentais (Fapex/UFBA), às empresas de elaboração de projetos, aos novos perímetros irrigados da Codevasf e no Lumiar/Incra. Saliencia que são empregos sazonais, de profissionais autônomos, na medida em que dependem da liberação de crédito agrícola e/ou da expansão e manutenção de programas governamentais, principalmente voltados à assistência técnica.

Segundo outro entrevistado, o fechamento do mercado de trabalho para os profissionais agrícolas encontra um ambiente no Estado da Bahia, onde ocorreu uma proliferação na formação de técnicos de nível médio e mesmo superior, levando à baixa qualificação dos mesmos e à frustração dos produtores rurais.

Observa-se que o “sucateamento” dos órgãos públicos de extensão rural no Estado da Bahia – a empresa de extensão e pesquisa rural da Bahia (EBDA) conta atualmente com metade do quadro funcional que possuía quando da sua criação –, sem a reposição dos profissionais que se aposentam ou migram para outros empregos ou atividades, reduz ainda mais as possibilidades de emprego da mão-de-obra técnica.

A EAF de Santa Inês exemplifica a situação acima, no que diz respeito às expectativas geradas pelo início das atividades da escola frente a paulatina desestruturação do escritório regional da EBDA, de forma a que a primeira assumia funções típicas da segunda (pesquisa e extensão).

Neste cenário, o Senar destaca-se ao buscar atuar no aperfeiçoamento e qualificação de produtores e trabalhadores, num universo de 157 ocupações, em sete grandes regiões, que correspondem a 84% da produção física e do valor da produção agropecuária. Este trabalho teve início com a definição dos principais produtos agropecuários da Bahia, a partir dos quais definiu-se as regiões a serem trabalhadas. Atualmente, são 50 escritórios distribuídos pelas regiões, a metade situada em pequenos municípios, em convênios com o Sebrae.

Um dos entrevistados, ao comentar sobre o trabalho do Senar, diz que um dos problemas enfrentados foi o de que 76% das pessoas que faziam os cursos eram analfabetas, o que obrigou o Senar a desenvolver cursos de alfabetização com recursos repassados da Sudene. Estes cursos foram organizados por grupos homogêneos nas ocupações, pela residência, pelo nível de escolaridade e por idade, formando 647 turmas, num total de 13.000 pessoas, com carga horária de 192 horas, sendo que a partir das 120 horas inicia-se a formação profissional.

A adoção de práticas pedagógicas baseadas no método Paulo Freire, a carga horária decidida pelos próprios alunos e o fato dos professores serem da mesma comunidade dos alunos, segundo aquele entrevistado, foram alguns dos fatores que levaram ao sucesso do programa, que atingiu apenas 3,6% de evasão, bem como a proposta de ampliar o programa para 1.500 grupos.

Outro programa/curso desenvolvido pelo Senar é o das incubadoras agroindustriais, que também é voltado para pequenos e médios produtores rurais, trabalhadores, processadores e intermediários, e que se materializa através do repasse de conhecimentos em um determinado local, incentivando o associativismo. Cada incubadora é uma sociedade civil com um conselho que indica o comitê gestor constituído geralmente por representantes de universidades, do Sebrae e Senar, dos sindicatos e das pessoas que estão incubando.

Ainda segundo o mesmo entrevistado, a maior demanda na Bahia é por trabalhadores que racionalizem procedimentos, tendo como pressuposto mínimo que saibam ler e escrever. A reestruturação por que passa a lavoura cacaueteira exemplifica aquela demanda. Ao lado de uma necessária especialização da mão-de-obra (braçal) nas técnicas de enxertia e aplicação de defensivos, práticas relacionadas ao manejo das lavouras e o registro delas já fazem parte do cotidiano de muitos trabalhadores na administração das mesmas.

No que diz respeito às escolas agrotécnicas, ainda segundo este entrevistado, uma saída seria estabelecer parcerias com instituições, de forma a que um colegiado gerisse as escolas, mas ressaltando que a agricultura não tem contratado técnicos agrícolas dado que a demanda é por trabalhadores qualificados. Considera que, na atualidade, os cursos de qualificação não necessitam de estruturas físicas e recursos humanos fixos, exemplificando com um trabalho desenvolvido pelo Senar em parceria com a Associação Brasileira de Defensivos Agrícolas – Andef, no qual são dados cursos, por professores contratados para tal finalidade, a engenheiros agrônomos para que estes treinem os usuários de defensivos.

Quanto ao ensino nas regiões de incidência de pequenos produtores, um dos entrevistados também é partidário de cursos flexíveis, exemplificando,

através da Escola Família Agrícola, experiências desenvolvidas em vários estados brasileiros. Nestas, os alunos ficam um período curto nas escolas (1 semana) e as aulas práticas são ministradas nos locais de origem dos alunos (2 semanas). Esta é uma experiência que requer uma relação estreita entre a comunidade local e a escola para a sua viabilização e tem como pressuposto que os alunos apliquem seus conhecimentos nos próprios locais de origem, contribuindo assim para o desenvolvimento da comunidade local como um todo.

A pesquisa realizada na Bahia também permitiu aferir as expectativas regionais quanto às escolas agrícolas recentemente criadas (Santa Inês e Senhor do Bonfim). Observou-se que estas escolas passam a desempenhar um papel dinamizador ainda durante a fase da sua instalação física, gerando novos empregos e aquecendo o comércio local, principalmente nas localidades cuja economia encontra-se estagnada, como a do município de Santa Inês. Quando do seu funcionamento, as expectativas concentram-se no sentido de que a escola supra as carências locais, num momento em que os órgãos públicos de apoio a agricultura encontram-se com suas atividades em decréscimo. Estes dois aspectos recolocam as escolas além de sua atribuição específica, qual seja, a da formação básica (ensino médio) e de profissionais. Neste sentido as escolas são solicitadas pelos entrevistados a atuar em áreas como assistência técnica e pesquisa, disponibilizando sua estrutura física e quadro funcional para tal.

Quanto à EAF de Catu, há expectativas dos entrevistados quanto a uma maior participação da escola na busca de alternativas para a dinamização da agricultura local.

No quadro apresentado, a adequação curricular poderia ser pensada priorizando as demandas locais. Chama a atenção que as escolas (e não só da Bahia) estão introduzindo o curso de técnico habilitado em informática, que, no contexto regional das escolas, poderia ser uma disciplina (informática) complementar na formação geral do aluno e não uma profissão.

EQUIPE TÉCNICA
PAER – Pesquisa da Atividade Econômica Regional
BAHIA

Coordenação Geral

Luiz Henrique Proença Soares (Diretor Adjunto de Produção de Dados)
Sílvia Anette Kneip (Assessor Técnico)

Equipe de Coordenação

Maria de Fátima Infante Araújo (Gerente de Base de Dados e Produção de Indicadores)
Aurílio Sérgio Costa Caiado (Chefe de Divisão de Estudos Regionais)
Maria Lucinda Meirelles Aguiar (Chefe de Divisão de Coleta e Relação com Fontes)
Oswaldo Guizzardi Filho (Chefe de Divisão de Produção de Indicadores)

Equipe Técnica de Análise

Adriana Prest Mattedi
César Augusto C. de Faria
Cláudia Antico
Daniela Cristina Terci
Eliane Cristina Franco
Guilherme Castanho Franco Montoro
Jorge Eduardo Júlio
Lígia Schiavon Duarte
Maria do Carmo de Sant'Ana
Maria Regina Novaes Marinho
Márcia Rosa Borin
Miguel Matteo
Oswaldo Aly Junior
Otávio Valentim Balsadi
Raimundo Pires Silva
Roberto Carlos Bernades
Roberto Novaes Filho
Sandra Francis Zisman
Sarah Maria Monteiro dos Santos
Vagner de Carvalho Bessa

Equipe de Educação / Informação

Catarina A. Guarnieri Silvério (Coordenação)
Raquel Amrain Linhares
Roberta Aparecida dos Santos
Sueli Tavares da Silva

Equipe Técnica de Cadastro, Apuração e Base de Dados

Flávio Pinto Bolliger (Coordenação)
Wadih João Scandar Neto
Alexsandro Oliveira de Abreu
Ana Paula Xavier de Carvalho
André Rodrigues Nagy
Carlos Roberto Almeida França
Maria Elena Turpin
Milton Gomes dos Santos
Rodolfo Luis Quintino Martins
Solimar Rêche
Alda Regina Ferreira de Araújo
Antonio Yoshio Ishimine
Cristina Porto Pacheco Pereira
Eliseu Antonio dos Santos
Jefferson Mariano
Mirian Machado
Priscila da Silva Ferreira
Rubens de Oliveira Santos
Wagner Silvestrin

Equipe Técnica de Operação de Campo

Amay Sílvia C. dos Santos
Carlos Roberto Lilla
Cássia Chrispiniano Adduci
Heloisa Helena Sampaio Padovani
Neuma Maria de B. Menegatti
Regina Maria G. de Azevedo
Virgínia Vieira da Silva
Wilson Roberto de Oliveira Furquim

Equipe do Escritório Regional de Salvador

Deonete Rodrigues Nagy (Coordenação)
Rita de Cássia Ferreira (Coordenação)

Equipe Técnica de Informática

Helena Pchevuzinske
Klaus Augusto Tófoli
Luís Carlos Martins
Ricardo Rossi de Oliveira
Sílvia de Andrade Buzatti Filinto
Suely Paslar
Susana Patrícia dos S.B. de M.Q. Reis
Wilber Linhares

Equipe de Apoio

Antonio Carlos de Freitas
Leonardo Rodrigues Arruda
Patrícia Segatto
Simone Pereira Alcântara

Consultores

Daniel Kader Hammoud
José Francisco Graziano da Silva
Rosa Maria Marques
Ruy de Quadros Carvalho

Diretoria Adjunta de Produção de Dados

Gerência de Tecnologia da Informação - GETEC

Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica

Gerência de Métodos Quantitativos – GEMEQ
Nadia Pinheiro Dini (Gerente de Métodos Quantitativos)
Mittie Ayaco Hara Makoyama
Dulce Ayaco Kurauti
Clóvis de Araújo Peres (Consultor)

Diretoria Executiva

Assessoria de Editoração e Arte – Asea

José Benedito de Souza Freitas (Gerente da Asea)
Fátima Murad
Vânia Regina Fontanesi

Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira

Gerência de Administração de Pessoal, Benefícios e O&M -
GEAPE
Divisão de Administração - DIADI
Divisão de Suprimentos – DISUP
Divisão Financeira e Contábil - DIFIC